

ATVOS AGROINDUSTRIAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de março de 2018

ATVOS AGROINDUSTRIAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de março de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Atvos Agroindustrial Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Companhia") e suas controladas, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atvos Agroindustrial Participações S.A., em 31 de março de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operação Lava Jato

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, a qual menciona que desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga ex-executivos e executivos, ex-empregados e empregados do Grupo Odebrecht, que a Companhia e suas controladas fazem parte. A Odebrecht S.A., controlador indireto da Companhia, formalizou Acordo de Leniência ("Acordo") em 1º de dezembro de 2016, que foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e pela 13ª Vara Federal de Curitiba em 22 de maio de 2017, produzindo seus efeitos cíveis. A Companhia e suas controladas não são subscritores do referido Acordo e não assumiram responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária prevista, por não terem envolvimento ilícito nos fatos relatados, no melhor entendimento de seus administradores, razão pela qual não há motivos para determinar que a Companhia e suas controladas serão afetadas pelas referidas investigações. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 21 de junho de 2018.

Índice	
Balço patrimonial	7
Demonstração do resultado do exercício	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações no patrimônio líquido (passivo a descoberto)	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	
1 Informações gerais	14
2 Apresentação das demonstrações contábeis	15
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	29
4 Gestão de risco financeiro	30
5 Instrumentos financeiros por categoria	35
6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	37
7 Contas a receber de clientes	38
8 Estoques	38
9 Tributos a recuperar	39
10 Partes relacionadas	39
11 Investimentos em sociedades controladas	45
12 Imobilizado	48
13 Ativo biológico	51
14 Intangível	52
15 Empréstimos e financiamentos	55
16 Tributos a recolher e parcelados	58
17 Adiantamentos de clientes	59
18 Imposto de renda e contribuição social diferidos	59
19 Planos de previdência privada	62
20 Patrimônio líquido	62
21 Receita bruta e líquida	63
22 Despesas e custos dos produtos vendidos por natureza	64
23 Receitas e despesas financeiras	64
24 Cobertura de seguros	65
25 Provisões para contingências	65
26 Compromissos (consolidado)	66
27 Eventos subsequentes	67

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Balço patrimonial em 31 de março
Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6 (a)	30.866	2.604	156.223	238.153
Aplicações financeiras	6 (b)	-	-	53.745	3.472
Contas a receber de clientes	7	840	1.769	130.075	264.806
Estoques	8	3.977	-	811.866	851.833
Ativos biológicos	13	-	-	515.522	478.296
Tributos a recuperar	9	6.428	6.013	522.435	669.291
Partes relacionadas	10 (a)	1.228.563	1.249.299	1.217.928	1.224.909
Outros créditos		331	58	55.607	65.634
		<u>1.271.005</u>	<u>1.259.743</u>	<u>3.463.401</u>	<u>3.796.394</u>
Não circulante					
Aplicações financeiras	6 (b)	-	-	69.883	55.174
Estoques	8	-	-	255.707	139.745
Tributos a recuperar	9	1.811	1.534	174.937	170.202
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (c)	-	151	-	151
Depósitos judiciais		8	30	60.831	55.260
Partes relacionadas	10 (a)	2.960.660	2.407.157	1.730.789	258.249
Outros créditos		-	-	4.309	5.034
		<u>2.962.479</u>	<u>2.408.872</u>	<u>2.296.456</u>	<u>683.815</u>
Investimentos	11 (b)	3.945.517	3.312.257	113.762	113.762
Imobilizado	12	280	367	8.054.682	8.378.348
Intangível	14	141.798	154.439	1.881.891	1.915.267
		<u>7.050.074</u>	<u>5.875.935</u>	<u>12.346.791</u>	<u>11.091.192</u>
Total do ativo		<u>8.321.079</u>	<u>7.135.678</u>	<u>15.810.192</u>	<u>14.887.586</u>

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Balço patrimonial em 31 de março
Em milhares de reais

(continuação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores		1.055	2.080	336.463	315.268
Empréstimos e financiamentos	15	13.938	1.568	219.034	326.750
Salários e encargos		163	202	82.155	74.977
Tributos a recolher	16 (a)	1.370	938	41.451	51.140
Tributos parcelados	16 (b)	142	-	12.721	9.307
Adiantamentos de clientes	17	540.903	401.297	811.167	698.265
Partes relacionadas	10 (a)	7.373	90.916	35.830	46.015
Outros débitos		14	3	10.227	5.760
		<u>564.958</u>	<u>497.004</u>	<u>1.549.048</u>	<u>1.527.482</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	1.401.438	600.342	9.316.416	8.513.472
Tributos parcelados	16 (b)	-	-	17.472	22.395
Adiantamentos de clientes	17	-	343.243	12.025	356.660
Partes relacionadas	10 (a)	1.314.544	1.203.371	70.296	70.296
Provisão para contingências	25 (a)	-	-	11.461	13.345
Provisão para perdas em investimentos	11 (c)	427.497	313.625	-	-
Outros débitos		-	-	10.851	10.003
		<u>3.143.479</u>	<u>2.460.581</u>	<u>9.438.521</u>	<u>8.986.171</u>
Total do passivo		<u>3.708.437</u>	<u>2.957.585</u>	<u>10.987.569</u>	<u>10.513.653</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	20 (a)	11.124.462	11.124.462	11.124.462	11.124.462
Reserva de capital		301.472	301.472	301.472	301.472
Ajuste de avaliação patrimonial		(300.048)	(255.034)	(300.048)	(255.034)
Prejuízos acumulados		(6.513.244)	(6.992.807)	(6.513.244)	(6.992.807)
		<u>4.612.642</u>	<u>4.178.093</u>	<u>4.612.642</u>	<u>4.178.093</u>
Participação dos não controladores		-	-	209.981	195.840
Total do patrimônio líquido		<u>4.612.642</u>	<u>4.178.093</u>	<u>4.822.623</u>	<u>4.373.933</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>8.321.079</u>	<u>7.135.678</u>	<u>15.810.192</u>	<u>14.887.586</u>

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Receita líquida	21	511.942	926	4.242.719	4.427.164
Valor justo dos ativos biológicos	13	-	-	9.134	125.005
Custo dos produtos vendidos	22	(461.731)	-	(3.689.908)	(4.154.828)
Lucro bruto		50.211	926	561.945	397.341
Despesas com vendas	22	-	-	(11.540)	(11.365)
Despesas administrativas e gerais	22	(29.594)	(14.052)	(363.307)	(321.637)
Outras despesas operacionais, líquidas		(429)	(968)	(18.718)	(31.135)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado de participações societárias e resultado financeiro		20.188	(14.094)	168.380	33.204
Resultado de participações societárias	11	507.180	(1.291.313)	-	-
Receitas financeiras	23	30.567	482.853	100.374	556.903
Despesas financeiras	23	(85.483)	(566.270)	(1.184.043)	(1.940.614)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		472.452	(1.388.824)	(915.289)	(1.350.507)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(21.882)	(41.643)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (d)	6.941	316	1.430.875	807
Lucro (prejuízo) do exercício		479.393	(1.388.508)	493.704	(1.391.343)
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				479.393	(1.388.508)
Participação dos não controladores				14.311	(2.835)
				493.704	(1.391.343)
Lucro (prejuízo) diluído por ação – em Reais	20 (e)			0,000001	(0,000004)

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Lucro (prejuízo) do exercício		479.393	(1.388.508)	493.704	(1.391.343)
Outros resultados abrangentes: Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:					
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa					
<i>Hedge</i> de exportação - variação cambial	4.1 (a.i)	(45.014)	254.470	(45.014)	254.470
<i>Hedge</i> de taxa de juros e futuros de mercadorias		-	(4.541)	-	(4.541)
		<u>(45.014)</u>	<u>249.929</u>	<u>(45.014)</u>	<u>249.929</u>
Total do resultado abrangente		<u>434.379</u>	<u>(1.138.579)</u>	<u>448.690</u>	<u>(1.141.414)</u>
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				434.379	(1.138.579)
Participação dos não controladores				14.311	(2.835)
				<u>448.690</u>	<u>(1.141.414)</u>

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
 Em milhares de reais

					Atribuível aos acionistas controladores			
	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>	<u>Participação dos não controladores</u>	<u>Total do (passivo a descoberto) patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de março de 2016		3.973.919	301.472	(517.244)	(5.158.485)	(1.400.338)	(6)	(1.400.344)
Aumento de capital	20 (a)	7.150.543	-	-	-	7.150.543	-	7.150.543
Resultado abrangente:								
<i>Hedge</i> de exportação – variação cambial		-	-	254.470	-	254.470	-	254.470
<i>Hedge</i> de taxa de juros e futuros de mercadorias		-	-	(4.541)	-	(4.541)	-	(4.541)
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	12.281	-	12.281	-	12.281
Perda de participação em controladas, líquida		-	-	-	(445.814)	(445.814)	198.681	(247.133)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.388.508)	(1.388.508)	(2.835)	(1.391.343)
Saldos em 31 de março de 2017		<u>11.124.462</u>	<u>301.472</u>	<u>(255.034)</u>	<u>(6.992.807)</u>	<u>4.178.093</u>	<u>195.840</u>	<u>4.373.933</u>
Resultado abrangente:								
<i>Hedge</i> de exportação – variação cambial		-	-	(45.014)	-	(45.014)	-	(45.014)
Ganho de participação em controladas, líquido		-	-	-	170	170	(170)	-
Lucro do exercício		-	-	-	479.393	479.393	14.311	493.704
Saldos em 31 de março de 2018		<u>11.124.462</u>	<u>301.472</u>	<u>(300.048)</u>	<u>(6.513.244)</u>	<u>4.612.642</u>	<u>209.981</u>	<u>4.822.623</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	472.452	(1.388.824)	(915.289)	(1.350.507)
Ajustes				
Ajuste a valor de mercado, líquido	-	(111)	678	(154)
Ajuste a valor presente	39	-	35.802	1.702
Depreciação e amortização (inclui colheita de ativos biológicos)	12.886	6.522	1.416.442	1.600.902
Depreciação e amortização (combinação de negócio)	-	-	-	2.811
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas	157.885	354.450	904.161	1.329.247
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	(9.134)	(125.005)
Resultado de participações societárias	(507.180)	1.291.313	-	-
Provisões diversas	-	-	8.673	2.290
Provisão para ajuste a valor de mercado do produto agrícola	-	-	-	3.028
Valor residual de ativo imobilizado baixado	27	2.324	4.875	12.498
Efeito da combinação de negócios.	-	-	-	(10.381)
	<u>136.109</u>	<u>265.674</u>	<u>1.446.208</u>	<u>1.466.431</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	929	848	136.499	48.320
Estoques	(3.977)	-	(71.725)	92.393
Tributos a recuperar	(692)	1.608	153.798	(88.544)
Operações com derivativos, líquidos	-	(5.432)	-	(6.986)
Depósitos judiciais	22	(8)	(5.571)	(15.422)
Outros créditos	(273)	(58)	10.756	6.707
Fornecedores	(1.025)	732	21.193	(90.944)
Salários e encargos	(39)	(743)	7.177	(10.869)
Tributos a recolher	432	(6.573)	(9.689)	8.715
Tributos parcelados	7.234	-	15.712	25.015
Provisão para contingências	-	-	(12.325)	(3.965)
Adiantamento de clientes	(203.637)	(425.681)	(231.733)	(429.331)
Outros débitos	<u>(23.168)</u>	<u>(2.854)</u>	<u>(4.723)</u>	<u>(25.243)</u>
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	<u>(88.085)</u>	<u>(172.487)</u>	<u>1.455.577</u>	<u>976.277</u>
Juros pagos	(172.963)	(190.772)	(893.797)	(995.014)
Impostos Pagos	-	-	(33.559)	(498)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais - a transportar	<u>(261.048)</u>	<u>(363.259)</u>	<u>528.221</u>	<u>(19.235)</u>

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de março
 Em milhares de reais

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais - de transporte	<u>(261.048)</u>	<u>(363.259)</u>	<u>528.221</u>	<u>(19.235)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	22.556	(65.660)	82.847
Empréstimos (concedidos a) captados com controladas	(505.137)	314.348	(65.618)	40.603
Aumento de capital em controladas e coligadas	(33.015)	(2.229.905)	-	-
Aquisições de imobilizado	(26)	(883)	(627.595)	(627.162)
Aquisições de intangível	(160)	(2.324)	(1.676)	(2.445)
Tratos culturais de ativos biológicos	-	-	(467.369)	(427.995)
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido	-	-	-	(42.960)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>(538.338)</u>	<u>(1.896.208)</u>	<u>(1.227.918)</u>	<u>(977.112)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos	857.650	266.280	1.114.407	2.106.930
Amortização de empréstimo e financiamentos - principal	(30.002)	(630.831)	(496.640)	(3.605.750)
Captações de acionistas (aumento de capital)	-	2.624.047	-	2.624.047
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>827.648</u>	<u>2.259.496</u>	<u>617.767</u>	<u>1.125.227</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	28.262	29	(81.930)	128.880
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>2.604</u>	<u>2.575</u>	<u>238.153</u>	<u>109.273</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>30.866</u>	<u>2.604</u>	<u>156.223</u>	<u>238.153</u>

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1. Contexto operacional

(a) Anteriormente denominada Odebrecht Agroindustrial Participações S.A. teve, em 08 de dezembro de 2017, sua razão social alterada para Atvos Agroindustrial Participações S.A. (“Atvos Par” ou “Companhia”). Com 10 anos de atuação, a mudança na marca ratifica a estratégia da Companhia de investimento de longo prazo. O novo posicionamento está em linha com o planejamento para os próximos anos, que contempla a necessidade de novos investimentos para fazer frente ao crescimento e aos novos desafios do setor sucroenergético.

A Companhia é parte do conjunto de empresas controladas pelo Grupo Odebrecht (“ODB”) no setor de bioenergia a partir da cana-de-açúcar e tem como atividade preponderante a participação em empresas que atuam no setor sucroalcooleiro a partir da cana-de-açúcar com suas atividades no país ou no exterior diretamente ou através de suas subsidiárias operacionais.

(b) A Atvos Par, por intermédio de suas controladas diretas possui 9 unidades operacionais nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Suas controladas têm capacidade de moagem instalada de 36,8 milhões de toneladas de cana ano, tendo sido processadas 25,8 milhões na safra 17/18 (28,3 milhões na safra 16/17). Importante destacar que intempéries climáticas afetaram sensivelmente a safra 17/18, especialmente geada e longos períodos de estiagem, nas regiões em que as unidades estão localizadas.

(c) A Companhia, desde a sua criação em 2007, tem investido no setor por meio de aquisições e construções de unidades, além da renovação e expansão do seu canavial. Foram aplicados mais de R\$ 12 bilhões, o que reafirma o compromisso do Grupo Atvos com a construção de um mundo melhor e mais sustentável.

A despeito da reestruturação da dívida ocorrida em 30 de junho de 2016, que possibilitou reequilibrar o capital circulante líquido da Companhia e suas controladas, ações para manutenção da saúde financeira, aumento da produtividade e crescimento do Grupo Atvos permanecem sendo realizadas, destacando-se:

(i) aumento gradual e responsável do nível de investimentos, priorizando a seletividade do plantio com foco nas áreas de renovação, privilegiando ganhos de produtividade, já como resultado da evolução dos processos agrícolas, mudança do “mix” de plantio com participação prioritária de cana de 15 meses, utilização de novos implementos/equipamentos que possibilitam o aumento do rendimento médio das colhedoras e aceleração da curva de aprendizado; (ii) crescimento do programa de parceria com fornecedores com a finalidade de diminuir o volume de cana própria e, conseqüentemente, além de propiciar a sustentabilidade financeira dos fornecedores, reduzir o volume de investimentos na formação e manutenção da lavoura; (iii) redução do volume de investimentos industriais, uma vez que as últimas usinas entraram em operação no final de 2011 e a expansão da Unidade de Eldorado, com ampliação da capacidade de moagem de 2,1 para 3,5 milhões de toneladas de cana, foi concluída em julho de 2015; (iv) redução de custos agrícolas e otimização de rotas para corte, transbordo e transporte de cana; (v) diluição dos custos fixos por meio de maior eficiência e aproveitamento dos times agrícolas, além do crescimento da ocupação das plantas industriais; (vi) monetização dos créditos tributários de ICMS, PIS e Cofins no montante aproximado de R\$ 1,1 bilhão nas últimas quatro safras; (vii) manutenção do programa estruturado de redução de custos, com captura de ganhos anuais e recorrentes na ordem de R\$ 200 milhões; e (viii) estruturação de operações, diretamente com clientes e fornecedores, reduzindo as necessidades de capital de giro.

Adicionalmente, a política estabelecida pela Petrobras, em setembro de 2016, para os preços dos combustíveis, atrelando o preço da gasolina A (refinaria) ao preço da gasolina internacional, tem dado mais previsibilidade, o que facilita o planejamento da Companhia.

Todas as ações descritas, direta ou indiretamente, possibilitaram o equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia e deverão ser mantidas, em grande parte, nas próximas safras onde se espera também:

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) manutenção e fortalecimento da política de preços de combustíveis da Petrobras; (ii) regulamentação, alinhada às necessidades do setor, do programa do Governo RenovaBio, que é um importante instrumento para manter a competitividade do etanol frente a gasolina; e (iii) concessão de incentivos ao setor, pelo governo federal, por meio de redução da carga tributária e acesso a linhas de financiamento mais acessíveis e com custo mais baixo para investimentos na operação, especialmente para formação e manutenção do canal.

(d) A Administração entende que as ações e planos descritos anteriormente são suficientes para garantir a continuidade operacional da Companhia e suas controladas e a manutenção da equalização do capital circulante líquido, para as próximas safras. Caso seja necessário, recorrerá a recursos financeiros provenientes de terceiros para garantir a conclusão desses planos e manutenção de seus investimentos e de suas operações.

(e) Lava Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal ("MPF") e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato e outras Operações correlatas, que investigam atos ilícitos que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte.

Ainda no contexto da Operação Lava Jato e outras correlatas, em 1º de dezembro de 2016, a Odebrecht S.A., na qualidade de controladora das empresas que integram referido grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência com o MPF do Brasil, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. - que firmou seu acordo individualmente. O acordo firmado pela Odebrecht S.A. foi homologado pelo Poder Judiciário em 22 de maio de 2017.

O Acordo de Leniência celebrado no Brasil é parte de um Acordo Global do qual participaram as autoridades competentes das jurisdições brasileira, americana e suíça.

Na medida em que a Companhia (i) não foi notificada a respeito de qualquer investigação que lhe diga respeito relacionada à Operação Lava Jato, promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia e/ou seus executivos; (ii) não foi alvo de medidas cautelares de qualquer natureza no âmbito da Operação Lava Jato; (iii) não teve nenhum administrador indiciado, denunciado tampouco condenado até o momento; e (iv) não há como determinar se será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras; a Administração neste momento entende que tais efeitos, se eventualmente vierem a ocorrer, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as demonstrações contábeis da Companhia em 31 de Março de 2018.

1.2. Reestruturação societária

Na safra 17/18, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação a custo contábil das controladas indiretas OER Caçu, OER Mirante, OER Nova Alvorada, OER Rio Brilhante e OER Teodoro Sampaio pelas suas controladoras diretas Rio Claro, UCP, Santa Luzia, Eldorado e DASA, respectivamente. A incorporação não resultou em aumento de capital social ou emissão de novas ações, pois as empresas incorporadoras já detêm 100% do patrimônio líquido das incorporadas. Este movimento societário é parte dos compromissos assumidos pela Companhia, junto aos Bancos, no processo de reestruturação financeira finalizado em junho de 2016.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras de 31 de março de 2018, em 21 de junho de 2018.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conjuntamente, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos mensurados ao valor justo. Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Adicionalmente, o IASB emitiu alterações, refletindo diretamente nos Pronunciamentos Técnicos demonstrados abaixo:

- . IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Substituirá a orientação presente na IAS 39/ CPC 38 e aborda (i) novos critérios de classificação de instrumentos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros ; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.
- . IFRS 15/ CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes: Aborda um modelo único para reconhecimento da receita, e substituirá as orientações atuais presentes nas normas IAS 18/ CPC 30 – Receitas, IAS 11/ CPC 17 - Contratos de Construção e IFRIC 13 – Programa de Fidelidade com Clientes, cuja a principal alteração, está relacionada ao reconhecimento da receita, substituindo o princípio dos riscos e benefícios pelo princípio do controle.
- . IFRIC 22/ ICPC 21 - Transações em Moeda Estrangeira - Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de ativos e passivos não monetários, decorrentes de pagamentos ou recebimentos antecipados em moeda estrangeira.
- . IFRS 16/ CPC O6 (R2) - Arrendamentos – Traz novos conceitos do ponto de vista do arrendatário e introduz um modelo único de contabilização. No modelo proposto, o arrendatário deverá reconhecer todos os leasings (arrendamentos) como parte do Balanço Patrimonial em conta de ativo fixo, sob a rubrica "Direito de Uso", com contrapartida no passivo, mensurados a valor presente.

A Companhia está avaliando a adoção desses pronunciamentos e os impactos nas suas demonstrações contábeis a partir de 01 de abril de 2018, exceto, no que tange ao CPC O6, que terá adoção inicial para a Companhia a partir de 01 de abril de 2019.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Consolidação

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia possui, direta ou indiretamente, o poder de governança nas políticas financeiras e operacionais com objetivo de auferir benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto são levados em consideração na determinação do controle, nos casos aplicáveis. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir.

A Companhia e suas controladas utilizam o método de contabilização da aquisição para registrar as combinações de negócios, exceto quando indicado de outra forma. Os saldos dos ativos e passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são transferidos para a aquisição de uma controlada a valor justo. Os saldos transferidos incluem o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A participação dos acionistas não controladores, que é determinada em cada aquisição realizada, é reconhecida, pelo seu valor justo ou pela parcela proporcional da participação desses não controladores no valor justo de ativos líquidos, conforme a respectiva combinação de negócios.

O excesso dos ativos e passivos transferidos e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na empresa adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia ou de suas controladas no grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (goodwill). Nas aquisições em que se atribui valor justo aos acionistas não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na empresa adquirida e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia ou suas controladas e dos não controladores. Quando os ativos e passivos transferidos de valor menor que o valor justo dos ativos líquidos da empresa adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em operações com e entre as empresas controladas são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora.

(ii) Entidades consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas, em 31 de março:

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladas Diretas	Sede (País/UF)	31.03.18	31.03.17
Agro Energia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	Brasil/MS	100,00%	100,00%
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	Brasil	100,00%	100,00%
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Odebrecht Agroindustrial International Corp. ("ODB Int.")	IVB	100,00%	100,00%
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal")	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	Brasil/GO	100,00%	100,00%
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	Brasil/MS	100,00%	100,00%
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Controladas Indiretas			
OER Mineiros Energia S.A. ("OER Mineiros")	Brasil/RJ	82,98%	82,49%
OER Nova Alvorada Energia S.A. ("OER Nova Alvorada") (i)	Brasil/RJ	-	99,99%
OER Teodoro Sampaio Energia S.A. ("OER Teodoro Sampaio") (i)	Brasil/RJ	-	99,99%
OER Caçu Energia S.A. ("OER Caçu") (i)	Brasil/RJ	-	99,99%
OER Rio Brilhante Energia S.A. ("OER Rio Brilhante") (i)	Brasil/RJ	-	99,99%
OER Mirante Energia S.A. ("OER Mirante") (i)	Brasil/RJ	-	99,99%

(i) Incorporadas por seus acionistas controladores durante a safra 17/18, conforme mencionado na Nota 1.2.

As principais atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

DASA, Eldorado e UCP: tem como atividades principais o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol, açúcar e cogeração comercialização de energia elétrica a partir da biomassa.

Pontal: tem por objeto social o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol e açúcar VHP, além da cogeração de energia elétrica a partir da biomassa, podendo ainda participar em outras empresas. Atualmente encontra-se em fase não operacional.

Rio Claro e Santa Luzia: tem como atividades principais o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol e cogeração comercialização de energia elétrica a partir da biomassa.

Brenco: tem como atividades principais o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol.

ODB Int.: Off shore localizada nas Ilhas Virgens Britânicas ("IVB"), que tem como atividade principal a revenda de açúcar e etanol das controladas operacionais da Companhia no mercado externo.

OER Mineiros: tem como atividade principal a cogeração e comercialização de energia elétrica a partir da biomassa.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Operação dos ativos de cogeração de energia

No final da safra 13/14, os ativos de cogeração de energia elétrica de todas as controladas diretas ("Usinas") da Companhia foram alienados à Odebrecht Energia Renovável S.A. ("OER"), que constituiu empresas de cogeração de energia ("SPE's"). A operação envolveu, além do contrato de compra e venda entre as partes, a assinatura de outros dois instrumentos: (i) Acordo Operacional de Consórcio (o "Acordo"); e (ii) Contrato de Operação e Manutenção das Usinas Termoelétricas (UTES) das SPE's (o "Contrato").

O Acordo regula os termos e condições que regem o relacionamento das Consorciadas (Usinas e SPE's), incluindo os direitos, obrigações e responsabilidades de cada uma das partes.

No âmbito do consórcio, as Usinas contribuem com os insumos em qualidade e quantidade suficientes para a cogeração de Energia Elétrica, em atendimento às características técnicas dos equipamentos de energia e as obrigações assumidas perante o Leilão de Energia Renovável ("LER").

As SPE's, por meio das UTE's, contribuem com os equipamentos de cogeração de energia elétrica, com exclusividade, em favor do consórcio durante toda a vigência do acordo operacional, que vai até o vencimento da outorga concedida pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), bem como com os custos relacionados à operação e manutenção dos equipamentos.

No Acordo, as Usinas têm direito a receber energia suficiente para o consumo próprio, garantindo a execução de suas atividades operacionais e as SPE's tem direito a comercializar 100% do excedente de energia.

O Acordo Operacional de Consórcio regula ainda particularidades decorrentes do volume de energia elétrica gerada em relação ao plano original pactuado entre as Usinas e as SPE's.

O Contrato estabelece o compromisso comercial das Usinas de executar a operação e realizar as manutenções programadas e não programadas nos equipamentos das UTE's. Em decorrência dessa prestação de serviço as Usinas são remuneradas por valores fixados nos contratos, os quais são anualmente corrigidos pela variação do Índice de Preço do Consumidor Amplo (IPCA).

Conforme demonstrado na nota 11 (d), em 22 de dezembro de 2016 as Usinas passaram a ter participação majoritária nas SPE's, sendo estas, com exceção da OER Mineiros, incorporadas por suas controladoras ao longo da safra 17/18, como mencionado na Nota 1.2.

(c) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e de cada uma de suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia e suas controladas.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados a instrumentos designados em operações de hedge de fluxo de caixa, quando são incluídas na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionadas às operações de hedge de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado nas despesas financeiras nas rubricas, "Juros passivos, Variação cambial passiva e Variação monetária passiva", os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado nas receitas financeiras nas rubricas, "Rendimento com aplicações financeiras", conforme Nota 23.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

As contas garantidas, quando utilizadas, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras", "Contas a receber de clientes", "Partes relacionadas" e "Outros créditos".

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são classificados em nenhuma outra categoria e não são derivativos. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Juros, taxa de câmbio, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na rubrica de receitas e despesas financeiras.

No caso das controladas da Companhia, ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem os Certificados do Tesouro Nacional - CTN. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado como "ajuste a valor de mercado" (Nota 23).

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Ganhos e perdas de títulos de investimento".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por impairment reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

Para os ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas avaliam no encerramento do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantem ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros não derivativos são dívidas que a Companhia capta em moeda estrangeira através de suas controladas, para financiamento de suas exportações. Tais dívidas são classificadas como hedge de fluxo de caixa e são reconhecidas no passivo pelo custo amortizado com as variações periódicas referentes à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas estrangeiras registradas no Patrimônio Líquido, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial. As controladas diretas e indiretas não adotam a prática contábil de hedge accounting, uma vez que os instrumentos de hedge são contratados no contexto das operações consolidadas da Companhia e de suas controladas e, dessa forma, não é praticável a utilização dessa política nas demonstrações individuais das controladas. Nesse contexto, as demonstrações contábeis individuais das controladas são ajustadas, para fins de cálculo de equivalência patrimonial e consolidação, objetivando o alinhamento das práticas contábeis da Companhia (controladora). Assim como os derivativos classificados como hedge, o reconhecimento destas variações no resultado do exercício é registrado compensando a variação correspondente na sua receita de exportação.

A Companhia pode designar os instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos como:

- . hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo); ou
- . hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa).

A Companhia e suas controladas documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. A Companhia e suas controladas também documentam sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for superior a doze meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for inferior a doze meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

Os financiamentos em moeda estrangeira designados para hedge accounting são classificados no passivo circulante através do custo amortizado. As amortizações que possuem vencimento acima de doze meses são registradas no passivo não circulante (Nota 2.17).

Para propósito de hedge, as controladas da Companhia, amparam-se nas políticas de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo Atvos classificando os instrumentos financeiros aplicáveis como hedge de fluxo de caixa. As controladas consideram altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada. Conforme as políticas de hedge, periodicamente são realizados testes com o objetivo de comprovar a efetividade das operações.

(a) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco "hedgeado". A Companhia e suas controladas só aplicam a contabilização de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swap de taxa de juros de proteção contra empréstimos com taxas fixas, o ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva e as variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas no resultado financeiro do exercício.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o exercício até o vencimento.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Hedge de fluxo de caixa

As parcelas efetivas das variações no valor justo de derivativos e das variações cambiais dos financiamentos em moeda estrangeira, designadas e qualificadas como hedge de fluxo de caixa, são reconhecidas no patrimônio líquido, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro do exercício (Nota 23).

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado, nos exercícios em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por hedge). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva do swap de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis, e o ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido como resultado financeiro do exercício (Nota 23).

Quando um instrumento de hedge prescreve ou é vendido, ou quando um hedge não atende mais aos critérios de contabilização de hedge, todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente refletida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado financeiro do exercício (Nota 23).

(c) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente como resultado financeiro do exercício (Nota 23).

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, e se aplicável, estão apresentadas no ativo não circulante.

Inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, produção ou pelos valores dos adiantamentos efetuados, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

Os gastos com manutenção e a depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos Estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra.

2.10 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído, se aplicável, quando não houver possibilidade de resgate, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia e suas controladas. Não havendo passivo constituído, os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo.

2.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio contabilizado nas controladas antes de 31 de março de 2009, ou seja, antes das novas práticas contábeis, é representado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil da empresa adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado nas demonstrações consolidadas como "Ativo intangível". Caso seja apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data de aquisição da empresa.

O ágio é testado anualmente para verificar sua recuperabilidade (teste de impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou grupo de UGCs, para fins de teste de impairment, dependendo do beneficiário da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

A administração da Companhia considera que cada polo industrial (seis ao todo) corresponde à uma UGC, constituída por uma ou duas unidades industriais, que operam de forma coordenada.

(b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável ou expectativa de utilização do ativo.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e os de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada ou expectativa de utilização do ativo.

2.13 Imobilizado

As terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas as lavouras de cana-de-açúcar e onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas das controladas. As terras não são depreciadas.

As plantas de produção (plantas que serão utilizadas como suprimento de produtos), de acordo com o CPC27/IAS16, são contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo e, portanto, classificadas como ativo imobilizado e são mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perda por impairment.

Edifícios e benfeitorias correspondem, substancialmente, às construções dos prédios da indústria, da sede administrativa e de outras benfeitorias em imóveis rurais. As máquinas e equipamentos agrícolas correspondem, substancialmente, aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas atividades de plantio, tratos culturais e colheita.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo valor reavaliado até 31 de dezembro de 2002, para as controladas diretas DASA e Pontal, e pelo custo histórico para as demais controladas, deduzida a depreciação acumulada, conforme facultado pela Lei no 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - "Adoção Inicial da Lei no 11.638/07".

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto quando ocorridos no período de entressafra, quando são classificados em Estoques e apropriados ao custo de produção durante a próxima safra.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.15).

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Os custos dos juros sobre recursos tomados para financiar a construção de ativos ou determinados projetos, qualificáveis, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo ou projeto para o uso pretendido, quando aplicável.

2.14 Ativo biológico

Os ativos biológicos compreendem os produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Os ativos biológicos são mensurados ao seu valor justo.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 13.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações contábeis. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado no resultado na rubrica "Valor justo dos ativos biológicos".

2.15 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (UGCs).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do impairment.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo e/ou financiamento são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo e/ou financiamento ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros, inclusive debêntures, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre as debêntures é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço.

2.18 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social correntes, são calculados com base na legislação vigente, na data do balanço em que a Companhia e suas controladas geram lucro tributável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas atuais desses impostos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Estes impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis sejam suficientes para compensar os créditos fiscais advindos das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

Conforme previsão do art. 75 da Lei nº. 12.973/14, a Companhia e suas controladas optaram pela aplicação antecipada das disposições contidas nos artigos 1º, 2º e 4º à 70 para o ano-calendário de 2014 (obrigatória a partir de 2015). A referida legislação extinguiu o Regime Tributário de Transição (RTT) instaurado pela Lei nº. 11.638/07, regulamentando, em caráter definitivo, os efeitos tributários das normas contábeis incorporadas pela aplicação dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC´s), conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.20 Reconhecimento de receita

(a) Venda de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia no caso do consolidado.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira, que é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

2.21 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas arrendam certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Conforme mencionado na nota 2.2, o CPC 06, com vigência a partir de 01 de abril de 2019, trará mudanças na aplicação dos conceitos de arrendamento. A Companhia está em processo de avaliação dos eventuais impactos em seu balanço.

2.22 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

Para o exercício findo em 31 de março de 2017 referem-se, principalmente, aos efeitos do acerto anual do Acordo Operacional de Consórcio (“Acordo”) entre as Usinas controladas indiretamente pela Companhia e as SPE’s, conforme Nota 2.3(b). Destaca-se que a partir de 22 de dezembro de 2016, tais efeitos são eliminados para fins de consolidação uma vez que as SPE’s passaram a ser controladas pela Atvos Par.

2.23 Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes, referem-se à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo:

(a) Valor justo dos ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado na Nota 13.

(b) Perda (impairment) estimada do ágio e outros ativos

Anualmente, a Companhia e suas controladas testam a recuperabilidade dos ágios e demais ativos (teste de impairment), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12 (a).

(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudo de viabilidade técnica.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. É utilizado a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, não negociados em mercados ativos.

(e) Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(f) Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As controladas da Companhia realizam operações com instrumentos financeiros objetivando a proteção dos riscos de mercado decorrentes das variações do preço do açúcar internacional, do etanol, da taxa de câmbio e das taxas de juros internacionais.

A atividade de gestão de riscos é regida por uma Política formal de Gestão de Riscos Financeiros devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e sob a responsabilidade do Comitê de Gestão de Riscos, que é composto por responsáveis das principais áreas envolvidas com o processo, como finanças (inclui área de gestão de riscos), comercial e operações. A Política define todas as características da atividade de gestão de riscos, estabelecendo relatórios e sistemas de controle para o acompanhamento de riscos, metodologias para cálculo da exposição, limites, critérios para tomada de risco de contraparte e de liquidez e instrumentos financeiros aprovados para negociação.

O objetivo da Gestão de Riscos é a proteção do fluxo de caixa visando, através da redução da volatilidade com instrumentos derivativos, regular as principais exposições de riscos comerciais e financeiros oriundos da operação. Para isso, os instrumentos derivativos são utilizados apenas em posições contrárias à exposição operacional.

Para as exposições relativas às operações de commodities agrícolas e taxa de juros, a estratégia se baseia na tomada de posições de instrumentos financeiros derivativos, cujos prazos de vencimento são de 24 meses e até o final do contrato, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos aprovados para gerenciar esses riscos incluem contratos de Opções, Futuros, Non Deliverable Forward (NDFs) e Swaps. A utilização desses instrumentos está sujeita a análises profundas sobre precificação, cotação competitiva, impacto contábil e outras técnicas de acompanhamento, principalmente modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e outras metodologias de gestão de risco, como "Value at Risk" e "Cash Flow at Risk".

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos derivativos são monitorados e avaliados diariamente e tem sua estratégia ajustada de acordo com as condições de mercado. Os derivativos podem ser utilizados para modificar o retorno das operações conforme julgamento sobre as condições mais adequadas, procurando igualar os direitos advindos das obrigações representadas pelas operações contratadas. A contratação de instrumentos financeiros derivativos visando às modificações do retorno de suas operações é realizada para um montante não superior ao da aplicação ou compromisso subjacente. Não são realizadas posições alavancadas ou especulativas com derivativos.

As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificado como hedge para fins contábeis na data da operação.

Derivativos podem ser designados como hedge para aplicação de Hedge Accounting. A designação não é obrigatória, mas, em geral, as operações com derivativos são designados como hedge quando a aplicação de Hedge Accounting proporcionar melhorias relevantes na demonstração dos efeitos compensatórios dos derivativos sobre variações dos itens objeto de hedge.

Para determinar o valor justo estimado dos derivativos, as controladas utilizam cotações de operações semelhantes ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro bem como metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes que não sofrem alterações de critério sem razão relevante. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado.

- (a) Risco de mercado
- (i) Risco cambial

As controladas estão expostas à variação cambial relativa a valores a receber resultante de receitas de exportação, preços de etanol com impactos indiretos do dólar norte-americano, dívidas contratadas em moeda estrangeira, custos de produção atrelados ao indicador ATR Consecana e custos com insumos agrícolas indexados ao dólar norte-americano, que são administradas, quando necessário e conforme premissas estabelecidas na Política de Gestão de Riscos Financeiros, por meio de estratégia de hedge com contratos de (NDFs) e fluxos de pagamentos de dívidas que são protegidos através de contratos de swaps. Cabe ressaltar que as decisões são tomadas a partir do resultado líquido (ativos menos passivos) da exposição cambial. Todas as operações são efetuadas com instituições financeiras de primeira linha.

Para a proteção de seus resultados operacionais, as controladas concluíram, através de modelos estatísticos, que os derivativos contratados são altamente correlacionados com a variação da taxa cambial do real frente ao dólar estadunidense, de forma a fornecer proteção contra as variações de taxa de câmbio que impactam seu fluxo de caixa. As controladas classificam esses derivativos de câmbio como "Hedge de Fluxo de Caixa" para efeito de contabilização, apresentando a valor justo no Ativo ou no Passivo e reconhecendo as variações de valor de justo dos hedges efetivos no Patrimônio Líquido, na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" (AAP) para reconhecimento subsequente ao resultado no mesmo período em que ocorrer o reconhecimento das operações "hedgeadas".

Desde 01 de setembro de 2014, as controladas indiretas da Companhia designam passivos financeiros não derivativos para hedge accounting de exportação, denominados em dólares norte-americanos, emitidos com partes externas, a nível consolidado, como instrumento de proteção de cobertura dos fluxos de exportações futuras também a nível consolidado. Desta forma, o impacto do câmbio sobre o fluxo futuro de caixa em dólar derivado dessas exportações é compensado com a variação cambial dos passivos financeiros não derivativos designados, eliminando, em parte, a volatilidade do resultado consolidado.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de março de 2018, os passivos financeiros não derivativos designados como instrumento de cobertura do fluxo das exportações futuras altamente prováveis, totalizaram um efeito negativo no patrimônio líquido da controlada direta de R\$ 45.014 (em 2017 positivo de R\$ 254.470), refletindo de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia.

As controladas reconhecem no resultado financeiro, na rubrica “Porção inefetiva de hedge accounting”, a variação de valor justo das operações de hedge não consideradas altamente efetivas. A efetividade das operações de hedges é estimada por métodos estatísticos de correlação ou pela proporção da variação das operações, que é compensada pela variação do valor justo de mercado dos derivativos.

O valor justo das NDFs é estimado com base no fluxo de caixa descontado das operações.

Em 31 de março de 2018 e 2017, as controladas indiretas da Companhia não tiveram resultado de transações de hedge de taxa de câmbio na rubrica “Liquidação de termo de câmbio”. Nos exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017, as controladas indiretas da Companhia não tiveram resultado operacional de transações de hedge de taxa de câmbio, bem como não mantém operações em aberto na data base das demonstrações contábeis ou resultados registrados no patrimônio líquido.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

As controladas estão expostas ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes resulte em um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas pré-fixadas em Reais, e da variação do CDI diário, compensado por aplicações em CDB. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita principalmente à flutuação da LIBOR.

Em 31 de março de 2018 e 2017, não haviam transações de hedge de taxa de juros para eventos futuros, mensurados como efetivos e registrados no patrimônio líquido.

No exercício findo em 31 de março de 2018 não haviam transações, registrados como despesa financeira na rubrica “Liquidação de hedge de taxa de juros, substancialmente SWAP” (R\$1.378 - 2017).

Durante os mesmos exercícios não houve reconhecimento de perda financeira na rubrica “Porção inefetiva de hedge accounting”. Para contratos de swap não designados para hedge accounting, a Companhia e suas controladas não obtiveram resultados registrados na rubrica “Perdas nos derivativos não designados para hedge”.

Em 31 de março de 2018 e 2017, não haviam contratos de swap não designados para hedge accounting em aberto.

(iii) Risco de Preços de Açúcar

As controladas estão expostas à variação do preço do açúcar no mercado internacional relativo, principalmente, às receitas operacionais provenientes da venda do produto. A variação do preço de açúcar é gerenciada ativamente por meio de contratos futuros e de opções de Sugar #11 na bolsa de mercadorias futuras de Nova Iorque - NYBOT (ICE-NY). Conforme Política vigente de Gestão de Riscos Financeiros a Administração da Companhia e de suas controladas está autorizada a contratar operações de fixação de preço de açúcar lastreadas de até 100% da produção prevista para a safra corrente e até 50% da produção da safra seguinte. A contratação de operações que excedam a 50% da produção prevista para o próximo ano-safra deve ser aprovada obrigatoriamente pelo Conselho de Administração.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Comitê de Gestão de Riscos acredita que os derivativos utilizados são altamente correlacionados com a variação de preço dos produtos, o que torna os derivativos de Sugar #11 eficazes na compensação das flutuações dos preços do açúcar, de forma a fornecer proteção a quedas de preços no valor de referência de suas receitas. O valor justo dos derivativos de Sugar #11 é estimado com base em informações públicas disponíveis no mercado financeiro.

A maioria dos derivativos de açúcar é classificado como "Hedge de fluxo de caixa" para efeito de contabilização. Para as operações assim classificadas, as variações de valor justo dos hedges efetivos são registradas no Patrimônio Líquido, na rubrica de "Ajuste de Avaliação Patrimonial", para posterior reconhecimento no resultado no mesmo período em que as operações "hedgeadas" são realizadas. A variação de valor justo das operações de hedge não consideradas altamente efetivas é reconhecida no resultado financeiro, na rubrica de "Perdas nos derivativos não designados para hedge". A efetividade das operações de hedge é estimada por métodos estatísticos de correlação ou pela proporção da variação das operações que é compensada pela variação do valor justo de mercado de derivativos.

No exercício findo em 31 de março de 2018, os instrumentos financeiros derivativos classificados como "Hedge de fluxo de caixa" avaliados como efetivos foram contabilizados como receita, no montante de R\$ 72.365 (R\$ 7.735 – 2017) no resultado operacional, na rubrica "Ganho nas operações de hedge pelo embarque" (Nota 21).

Em 31 de março de 2018 e 2017 a Companhia e suas controladas, não possuem transações designadas como hedge de açúcar, em aberto, para vencimentos em exercícios futuros, tendo como contrapartida, perdas não realizadas mensuradas como efetivas e registradas no patrimônio líquido.

Adicionalmente, em 31 de março de 2018 e 2017 não ocorreram atrasos em embarques designados como objeto de hedge, represados no patrimônio líquido. Nos mesmos exercícios não houve reconhecimento de resultado financeiro na rubrica ("Porção inefetiva de hedge accounting").

Em 31 de março de 2018, a Companhia e suas controladas não reconheceram instrumentos derivativos com futuros e opções (Perda R\$ 1.083 – 2017), registrados no resultado financeiro, na rubrica "Perda nos derivativos não designados para hedge, líquidas" (Nota 23).

(iv) Risco de Preço de Etanol

As controladas estão expostas à flutuação do preço do etanol no mercado interno relativo às receitas operacionais de venda do produto. A proteção da exposição à variação do preço de etanol, quando necessário, é feita por meio de instrumentos financeiros que tenham aderência e correlação direta ou indireta com os preços de etanol ou contratos futuros de Etanol Hidratado na bolsa de mercadorias futuras da BM&F-Bovespa.

Quando aplicável, são utilizadas fontes públicas no mercado financeiro para a mensuração do valor justo dos derivativos.

Em 31 de março de 2018 e 2017, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos em aberto, bem como não possuíam resultado represado no patrimônio líquido, e não reconheceram resultados referente às transações de hedge de preços de etanol no decorrer do exercício.

(b) Risco de crédito

Risco de crédito com contrapartes são gerados por depósitos e ingressos em instrumentos financeiros derivativos com bancos e instituições financeiras. As controladas da Companhia gerem seus riscos de crédito efetuando operações apenas com instituições de primeira linha e que possuem ratings fornecidos por agências internacionais como Fitch Rating, Standard & Poor's e Moody's Investor e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração através da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caso ocorram mudanças de perspectivas quanto ao risco de crédito das instituições financeiras, as operações a serem contratadas ou em andamento deverão ser objeto de aprovação no Comitê de Gestão de Riscos.

Operações realizadas na bolsa de mercadorias de Nova Iorque – NYBOT (ICE-NY) e na bolsa de mercadorias de São Paulo – BM&F-Bovespa são consideradas como operações cujo risco de contraparte é aceito pelas controladas.

(c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e de suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, conforme regras estabelecidas na Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo Atvos, inclusive com adoção de caixa mínimo, sendo monitoradas sistematicamente pela área financeira. Os detalhes do plano da administração para administrar o risco de liquidez estão descritos na Nota 1.

(d) Componentes de AAP decorrentes de operações de hedge e passivos financeiros

Considerando a participação no Patrimônio Líquido das controladas, os derivativos designados para Hedge Accounting geraram saldos finais de AAP, no patrimônio líquido. Esses foram considerados de forma reflexa no patrimônio líquido da controladora, líquidos de impostos.

O resultado da variação cambial dos passivos financeiros designados como instrumentos de hedge também geraram saldos finais de AAP. Esses resultados são ajustados nas demonstrações contábeis individuais, para fins de cálculo de equivalência patrimonial e consolidação, buscando a uniformidade com as práticas contábeis da Companhia, que utiliza a prática do hedge accounting (Nota 2.7).

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento do índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira para os exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017 estão assim apresentados:

	31.03.18	Consolidado 31.03.17
Gestão de Capital		
Total dos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras	9.236.748	8.419.095
Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(279.851)	(296.799)
Dívida líquida	8.956.897	8.122.296
Total do patrimônio líquido	4.822.623	4.373.933
Capital total	13.779.520	12.496.229
Índice de alavancagem financeira - %	65,00%	65,00%

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O capital não é administrado no nível individual da controladora, somente no consolidado.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Mantido até o vencimento	Total
Em 31 de março de 2018			
Ativos, conforme o balanço patrimonial:			
Contas a receber de clientes	130.075	-	130.075
Aplicações financeiras	53.745	69.883	123.628
Caixa e equivalentes de caixa	156.223	-	156.223
Outros (i)	3.008.633	-	3.008.633
	<u>3.348.676</u>	<u>69.883</u>	<u>3.418.559</u>
Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	Mantido até o vencimento	Total
Em 31 de março de 2017			
Ativos, conforme o balanço patrimonial:			
Contas a receber de clientes	264.806	-	264.806
Aplicações financeiras	3.472	55.174	58.646
Caixa e equivalentes de caixa	238.153	-	238.153
Outros (i)	1.553.826	-	1.553.826
	<u>2.060.257</u>	<u>55.174</u>	<u>2.115.431</u>

(i) São compostos do saldo do ativo circulante e não circulante registrado nas rubricas "Outros créditos e Partes relacionadas".

Os saldos das contas do ativo circulante e não circulante registrado nas rubricas "Estoques, Tributos a recuperar, Imposto de renda e Contribuição social diferidos e Depósitos judiciais" estão excluídos do quadro, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de março de 2018		
Passivos, conforme o balanço patrimonial:		
Empréstimos e financiamentos	9.535.450	9.535.450
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii)	<u>545.822</u>	<u>545.822</u>
	<u><u>10.081.272</u></u>	<u><u>10.081.272</u></u>

	Consolidado	
	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de março de 2017		
Passivos, conforme o balanço patrimonial:		
Empréstimos e financiamentos	8.840.222	8.840.222
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii)	<u>522.319</u>	<u>522.319</u>
	<u><u>9.362.541</u></u>	<u><u>9.362.541</u></u>

- (ii) São compostos dos saldos das contas do passivo circulante e não circulante registrado nas rubricas "Fornecedores, Salários e encargos, Outros débitos e Partes relacionadas".

O saldo das contas do passivo circulante e não circulante registrado nas rubricas "Tributos a recolher, Tributos parcelados, Adiantamento de clientes, Imposto de renda e contribuição social diferidos e Provisão para contingências", estão excluídos do quadro, uma vez que é exigida somente para instrumentos financeiros.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Caixa e bancos	30.866	2.604	70.978	56.910
Equivalentes de caixa: no Brasil	-	-	85.245	181.243
	<u>30.866</u>	<u>2.604</u>	<u>156.223</u>	<u>238.153</u>

(b) Aplicações financeiras

	Consolidado	
	31.03.18	31.03.17
Mantidas para negociação		
Aplicações em moeda nacional	123.628	58.646
	123.628	58.646
Ativo circulante	(53.745)	(3.472)
Ativo não circulante	69.883	55.174
Mantidas até o vencimento		
Redutora do passivo não circulante (Nota 15)		
CTN (a)		
	IGPM (b)	
	<u>150.751</u>	<u>134.323</u>

(a) CTN - Certificado do Tesouro Nacional

(b) IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber de clientes

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.18</u>	<u>31.03.17</u>
Contas a receber - em Reais		
de clientes	112.192	189.313
de partes relacionadas	-	5.507
Menos: perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	-	(1.768)
Contas a receber – em Dólar		
de clientes (2018 – US\$ 8 mil e 2017 – US\$ 16.307 mil)	26	51.059
de partes relacionadas (2018 – US\$ 5.372 mil e 2017 – US\$ 6.609 mil)	17.857	20.695
	<u>130.075</u>	<u>264.806</u>

Os valores a receber possuem vencimentos inferiores a três meses e seu valor justo se aproxima do valor contábil em 31 de março de 2018.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

8 Estoques

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.18</u>	<u>31.03.17</u>
Produtos acabados	36.535	140.960
Adiantamentos a fornecedores		
Cana-de-açúcar (parceria agrícola)	396.200	345.493
Insumos e outros	2.999	4.186
	<u>399.199</u>	<u>349.679</u>
Custos a apropriar do período de entressafra	494.072	368.284
Almojarifado de insumos, materiais auxiliares e	137.767	132.655
	<u>631.839</u>	<u>500.939</u>
Total	1.067.573	991.578
Ativo circulante	<u>(811.866)</u>	<u>(851.833)</u>
Ativo não circulante - Adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar (parceria agrícola)	<u>255.707</u>	<u>139.745</u>

Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar incluem adiantamentos relacionados a contratos de parceria agrícola. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da Administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar desses parceiros.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Contribuição para financiamento da seguridade social ("COFINS")	544	-	384.064	535.653
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços ("ICMS")	181	-	132.568	141.139
Programa de integração social ("PIS")	117	-	86.774	106.817
Imposto de renda retido na fonte (i)	5.201	5.685	47.176	28.032
Outros tributos a recuperar	2.196	1.862	46.790	27.852
Total	8.239	7.547	697.372	839.493
Ativo circulante	(6.428)	(6.013)	(522.435)	(669.291)
Ativo não circulante	1.811	1.534	174.937	170.202

Os saldos de COFINS, ICMS e PIS a recuperar advêm de transações mercantis, apropriados na aquisição de bens do ativo imobilizado e insumos.

Os tributos a recuperar foram classificados entre circulante e não circulante conforme melhor expectativa de realização desses tributos pela Administração, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos e ressarcimento dos mesmos em espécie, nos termos da legislação vigente.

A Companhia e suas controladas diretas vem monetizando os créditos acumulados de PIS e COFINS, por meio de compensação dos débitos desses impostos e com outros tributos federais. Com o encerramento, em 31 de dezembro de 2016, do prazo de vigência da Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013, que instituiu crédito presumido de PIS e COFINS de R\$ 120 por m³ vendido de etanol, os créditos têm sido escoados de forma mais acelerada.

- (i) Refere-se, substancialmente, a imposto de renda retido na fonte sobre juros de dívida.

10 Partes relacionadas

A Companhia mantém saldos e realiza transações com sua controladora, controladas e outras partes relacionadas. Essas transações são realizadas no melhor interesse do Grupo Atvos como um todo e não necessariamente de uma entidade isolada. Os principais saldos e operações são como segue:

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Saldos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
No ativo circulante					
Em conta específica:					
Contas a receber de clientes – mercado externo					
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(a)	-	-	17.857	20.695
Contas a receber de clientes – mercado interno					
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(b)	236	406	-	-
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(b)	167	7	-	-
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(b)	167	-	-	-
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(b)	118	201	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(b)	113	-	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(b)	19	236	-	-
OER Mineiros Energia S.A. ("OER Mineiros")	(b)	19	-	-	-
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(a)	-	-	-	5.507
		839	850	-	5.507
Partes relacionadas					
Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. ("Atvos Inv")	(c)	1.085.961	1.085.961	1.085.961	1.085.961
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(d)	124.284	122.351	122.351	122.351
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(e)	6.732	28.644	-	-
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")		5.101	-	-	-
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(a)	2.422	2.459	9.509	7.688
Rio Claro Agropecuária S.A. ("Rio Claro")	(e)	2.715	-	-	-
OER Mineiros Energia S.A. ("OER Mineiros")	(e)	414	-	-	-
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal")	(e)	382	-	-	-
Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. ("Atvos Inv")	(e)	64	49	64	49
Odebrecht Terras S.A. ("Terras")	(e)	43	-	43	-
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(e)	37	-	-	-
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(e)	-	8.766	-	8.860
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal")	(e)	-	179	-	-
		1.228.155	1.248.409	1.217.928	1.224.909

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
CPR-F Intercompany					
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(f)	408	890	-	-
		<u>1.228.563</u>	<u>1.249.299</u>	<u>1.217.928</u>	<u>1.224.909</u>
No ativo não circulante					
Partes relacionadas					
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(g)	1.178.343	864.938	-	-
Destilaria Alcidia S.A. ("DASA")	(g)	770.313	638.009	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(g)	489.972	392.753	-	-
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(d)	301.423	241.567	301.423	241.567
Odebrecht Agroindustrial International Corp. ("ODB Int.")	(g)	47.105	99.509	-	-
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal")	(g)	21.958	18.416	-	-
Odebrecht Terras S.A. ("Terras")	(h)	-	-	5.596	-
Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. ("Atvos Inv")	(g)	9.965	10.384	9.965	10.384
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(a)	-	-	-	6.298
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(i)	-	-	1.413.805	-
		<u>2.819.079</u>	<u>2.265.576</u>	<u>1.730.789</u>	<u>258.249</u>
CPR-F Intercompany					
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(f)	141.581	141.581	-	-
		<u>2.960.660</u>	<u>2.407.157</u>	<u>1.730.789</u>	<u>258.249</u>

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
No passivo circulante					
Em conta específica:					
Fornecedores:					
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(a)	-	-	372	-
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(e)	-	-	-	56
Destilaria Alcidia S.A. ("DASA")	(e)	-	1.893	-	-
		<u>-</u>	<u>1.893</u>	<u>372</u>	<u>56</u>
Empréstimos e financiamentos					
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(j)	8.271	-	8.271	55.412
		<u>8.271</u>	<u>-</u>	<u>8.271</u>	<u>55.412</u>
Partes relacionadas					
Odebrecht Agroindustrial International Corp. ("ODB Int.")		7.311	-	-	-
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(a)	46	45	433	3.519
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(e)	12	37.602	-	-
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(e)	3	23.219	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(e)	1	19.011	-	-
Destilaria Alcidia S.A. ("DASA")	(e)	-	6.029	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(e)	-	5.010	-	-
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal")	(e)	-	-	-	-
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(e)	-	-	13.730	30.058
Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. ("Atvos Inv")	(e)	-	-	-	45
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(k)	-	-	21.667	12.393
		<u>7.373</u>	<u>90.916</u>	<u>35.830</u>	<u>46.015</u>
Adiantamento de clientes					
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(a)	-	-	196.105	139.144
Odebrecht Terras S.A. ("Terras")	(e)	-	-	245	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>196.350</u>	<u>139.144</u>

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No passivo não circulante

Em conta específica:

Adiantamento de clientes

Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(a)	-	-	12.026	13.417
		-	-	12.026	13.417

Empréstimos e financiamentos

Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(j)	-	7.484	298.702	365.715
		-	7.484	298.702	365.715

Partes Relacionadas

Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(g)	986.251	998.545	-	-
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(g)	244.659	122.224	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(g)	55.124	82.602	-	-
OER Mineiros Energia S.A. ("OER Mineiros")	(g)	28.510	-	-	-
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(k)	-	-	70.296	70.296
		1.314.544	1.203.371	70.296	70.296

(b) Transações

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Imposto de renda e contribuição social diferidos					
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(i)	-	-	1.413.805	-
Vendas de mercadorias e serviços					
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(b)	170	103	-	-
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(b)	170	103	-	-
Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(b)	140	103	-	-
Agro Energia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(b)	140	103	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(b)	120	103	-	-
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(b)	120	-	-	-
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(b)	120	103	120	-
Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. ("Atvos Inv")	(b)	120	103	120	-
Bahiamido S.A. ("Bahiamido")	(b)	60	-	60	-
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal")	(b)	-	103	-	-
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(a)	-	-	299.303	318.112

Compras de mercadorias e serviços

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(l)	(322.237)	-	-	-
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(l)	(111.825)	-	-	-
Despesas financeiras					
Atvos Agroindustrial S.A ("Atvos")	(d)	-	-	-	(9.638)
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(j)	(788)	(109.800)	(17.685)	(165.946)
Receitas financeiras					
Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. ("Atvos Inv")	(c)	-	42.576	-	42.576
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(d)	-	4.797	-	4.797
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(j)	-	-	-	31.598
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(d)	-	-	-	-
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas					
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(a)	(3)	(16)	(3.595)	(32.581)

- (a) Referem-se a transações comerciais ocorridas entre empresas do grupo Odebrecht S.A.
- (b) Refere-se a remuneração anual firmada em contrato, à administradora da operação de conta corrente Atvos Par e suas controladas, conforme descrito na Nota 10 (g), abaixo.
- (c) Refere-se a repasse de recursos junto à Atvos Inv.
- (d) Refere-se a repasse de recursos junto à Atvos.
- (e) Refere-se, substancialmente, ao contrato de compartilhamentos de despesas firmado em 2009 entre a Atvos Par, Atvos, Atvos Inv. e suas controladas, objetivando alocar de forma adequada os referidos gastos em cada uma das empresas beneficiadas.
- (f) Refere-se a repasse de recursos tomados pela Companhia, conforme mencionados na nota Nota 15(f).
- (g) Refere-se aos saldos mantidos entre a Atvos Par, Atvos, Atvos Inv. e suas controladas através de contrato de conta corrente e têm o propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não incidem encargos financeiros. Vale destacar que a Atvos Par, gestora do caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas demonstrações contábeis, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas.
- (h) Refere-se, a crédito junto a sua controlada direta Santa Luzia.
- (i) Refere-se a cessão onerosa de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido à empresas do Grupo Odebrecht, conforme mencionado na Nota 17 (a) (i).
- (j) Referem-se a transações financeiras entre empresas do grupo Odebrecht S.A.
- (k) Refere-se a repasse de recursos tomados pela Atvos, na modalidade de debêntures, conforme mencionados na Nota 15(k). Em função do descrito na Nota 9 (i).
- (l) Referem-se as transações comerciais ocorridas entre as controladas diretas.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Investimentos em sociedades controladas

(a) Informações sobre os investimentos

	31.03.18				Quantidade de ações ou cotas possuídas		Participação no capital social		Lucro (prejuízo) líquido do exercício		Patrimônio líquido (passivo à descoberto)	
	Ações ON(a)	Ações PN(b)	Cotas	Total	31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Investimentos												
(i) Diretos												
Brenco Brasil	238.946.159.871.968	-	-	238.946.159.871.968	235.644.653.354.968		100,00	100,00	551.063	(574.498)	864.072	280.016
DASA	27.950.598.051.395	99.360	-	27.950.598.150.755	27.950.598.150.755		100,00	100,00	(118.829)	(84.133)	(427.345)	(308.585)
Eldorado	1.025.235.736	-	-	1.025.235.736	1.025.235.736		100,00	100,00	(29.256)	(26.842)	1.476.551	1.505.738
ODB Int.	6.650.000	-	-	6.650.000	6.650.000		100,00	100,00	4.888	(10.355)	(7.598)	(12.486)
Pontal	61.664.003	34.310	-	61.698.313	61.698.313		100,00	100,00	2.426	(802)	4.021	1.592
Rio Claro	100.165.112.276.000	-	-	100.165.112.276.000	100.165.112.276.000		100,00	100,00	110.356	(113.250)	401.800	291.411
Santa Luzia	93.432.472.283.522	-	-	93.432.472.283.522	93.432.472.283.522		100,00	100,00	(104.421)	(67.453)	779.906	884.292
UCP	95.985.897.817.571	-	-	95.985.897.817.571	95.985.897.817.571		100,00	100,00	69.916	(274.002)	337.064	267.105
(ii) Indiretos												
OER Mineiros	750.056.206	-	-	750.056.206	728.981.589		82,98	82,49	81.736	14.883	1.233.732	1.117.374
OER Caçu (*)	-	-	-	-	38.421.327.847.000		-	99,99	-	(442)	-	319.804
OER Mirante (*)	-	-	-	-	46.256.145.585.000		-	99,99	-	6.779	-	415.827
OER Nova Alvorada (*)	-	-	-	-	39.593.760.827.000		-	99,99	-	3.843	-	340.242
OER Rio Brillhante (*)	-	-	-	-	76.412.418.927.000		-	99,99	-	5.696	-	681.413
OER Teodoro Sampaio (*)	-	-	-	-	10.374.994.175.000		-	99,99	-	10.700	-	122.688

(a) Ações ON - Ações Ordinárias Nominativas

(b) Ações PN -Ações Preferenciais Nominativas

(*) Empresas incorporadas pelos seus acionistas controladores ao longo da safra 17/18, conforme mencionado na Nota 1.2.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos

							Controladora		Consolidado		
	Eldorado	Rio Claro	Santa Luzia	Pontal	UCP	Brenco	CTC Centro de Tecnologia Canaveira	31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Saldo inicial	1.505.738	292.152	884.292	1.592	270.294	280.016	78.173	3.312.257	1.204.737	113.762	101.481
Ajuste de avaliação patrimonial – Derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(115)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial – Hedge Accounting	-	(3.144)	(2.658)	-	7.649	(22.824)	-	(20.977)	45.305	-	-
Ativos Financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	9.382	-	-
Participação no resultado das controladas	(29.257)	113.500	(101.763)	2.430	62.267	573.887	-	621.064	(140.398)	-	-
Transferência da provisão de perda de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	842.462	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	33.015	-	33.015	1.479.812	-	-
Extinção de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-	-
Ganho e perda de participação em controladas	69	33	35	-	43	(22)	-	158	(129.630)	-	-
Investimento em outras sociedades	-	-	-	-	-	-	-	-	705	-	12.281
Saldo final de investimentos	<u>1.476.550</u>	<u>402.541</u>	<u>779.906</u>	<u>4.022</u>	<u>340.253</u>	<u>864.072</u>	<u>78.173</u>	<u>3.945.517</u>	<u>3.312.257</u>	<u>113.762</u>	<u>113.762</u>

(c) Movimentação de provisão para perda em investimentos

			Controladora	
	DASA	ODB International	31.03.18	31.03.17
Saldo inicial de investimentos	(301.139)	(12.486)	(313.625)	(2.563.793)
Ajuste de avaliação patrimonial – derivativos	-	-	-	953
Ajuste de avaliação patrimonial – Hedge Accounting	-	-	-	94.734
Participação no resultado das controladas	(118.772)	4.888	(113.884)	(1.150.915)
Transferência de investimentos	-	-	-	(842.462)
Aumento de capital	-	-	-	4.461.846
Ganho e perda de participação em controladas	12	-	12	(316.184)
Investimento em outras sociedades	-	-	-	2.196
Saldo final de provisão para perda em investimentos	<u>(419.899)</u>	<u>(7.598)</u>	<u>(427.497)</u>	<u>(313.625)</u>

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Em 22 de dezembro de 2016, as controladas diretas Santa Luzia, Brenco, DASA, Rio Claro, Eldorado e UCP, adquiriram participação acionária nas Sociedades de Propósito Específico ("SPE's") de energia, OER Nova Alvorada, OER Mineiros, OER Teodoro Sampaio, OER Caçu, OER Rio Brillhante e OER Mirante, respectivamente, controladas até então pela Odebrecht Energia Renovável S.A. ("OER"). O pronunciamento contábil que se aplica à combinação de negócios – CPC 15 / IFRS 3, explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum. Sendo assim, conforme orientações do IAS 8/ CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração adotou a prática contábil do método pelo custo precedente.

A diferença entre o valor contábil e o valor pago dos ativos líquidos das SPE's, foi registrada no patrimônio líquido como perda de participação em controladas e está assim demonstrada:

Caixa	44.244
Instrumentos financeiros - Recebíveis	3.233.833
Total da contraprestação transferida	3.278.077
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	1.284
Aplicações financeiras	108.155
Contas a receber de clientes	156.826
Tributos a recuperar	7.701
Partes relacionadas	185.221
Outros créditos	24.056
Imobilizado	1.800.038
Intangível	1.533.795
Fornecedores	(3.270)
Empréstimos e financiamentos	(604.702)
Tributos a recolher	(6.140)
Adiantamentos de clientes	(28.411)
Partes relacionadas	(128.672)
Outros débitos	(6.473)
Outros ajustes (Resultado de 22/12 a 31/12 inclui depreciação e amortização)	(7.570)
Total de ativos líquidos identificáveis	3.031.838
Participação dos não controladores	(199.569)
Perda na aquisição da controlada - AAP	445.808
	3.278.077

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O resultado consolidado da Companhia, para o exercício findo em 31 de março de 2017, contempla apenas o período de 22 de dezembro de 2016 à 31 de março de 2017 das SPE's de energia. A tabela abaixo, demonstra a comparação entre o resultado consolidado divulgado e o proforma caso as operações de cogeração de energia tivessem sido consolidadas integralmente pela Companhia desde 01 de abril de 2016:

	Consolidado	
	31.03.17 Divulgado (três meses)	31.03.17 Proforma (doze meses)
Receita líquida	4.427.164	4.846.778
Valor justo dos ativos biológicos	125.005	125.005
Custo dos produtos vendidos	(4.154.828)	(4.312.955)
Lucro bruto	397.341	658.828
Despesas com vendas	(11.365)	(11.365)
Despesas administrativas e gerais	(321.637)	(331.942)
Outras despesas operacionais, líquidas	(31.135)	(7.316)
Lucro operacional	33.204	308.205
Receitas financeiras	556.903	539.390
Despesas financeiras	(1.940.614)	(2.125.142)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.350.507)	(1.277.546)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(41.643)	(49.608)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	807	(16)
Prejuízo do exercício	(1.391.343)	(1.327.170)

12 Imobilizado

(a) Composição

	Consolidado				% Taxas médias anuais de depreciação
			31.03.18	31.03.17	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Equipamentos e instalações industriais	4.788.442	(1.392.799)	3.395.643	3.584.029	5,23
Planta portadora	5.336.435	(3.297.431)	2.039.004	1.992.811	16,67
Edifícios e benfeitorias	2.063.395	(352.666)	1.710.729	1.768.154	2,91
Máquinas e equipamentos agrícolas	791.680	(445.680)	346.000	333.388	10,20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	264.490	(99.255)	165.235	183.536	8,07
Valor Justo da Planta Portadora	499.543	(352.059)	147.484	220.045	20,00
Terras	83.662	-	83.662	83.662	
Planta portadora em formação	57.029	-	57.029	77.648	
Veículos	149.232	(101.990)	47.242	55.395	8,97
Móveis e utensílios	90.922	(55.731)	35.191	38.630	7,96
Construções em andamento (i)	13.282	-	13.282	24.377	
Equipamentos de informática	24.239	(17.873)	6.366	6.800	17,17
Adiantamentos a fornecedores (ii)	7.815	-	7.815	9.873	
	<u>14.170.166</u>	<u>(6.115.484)</u>	<u>8.054.682</u>	<u>8.378.348</u>	

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 31/03/17, referiam-se, principalmente, as obras de construção e montagem executadas nas áreas administrativas, agrícolas e industriais das controladas indiretas da Companhia, adequação as normas regulamentadoras, expansões para plena capacidade de moagem, aquisições de equipamentos agrícolas, desidratadoras, ampliações das fertirrigações (adutoras de vinhaça), irrigações e afins.
- (ii) Os adiantamentos a fornecedores referiam-se, substancialmente, a contratos mantidos com empresas fornecedoras dos equipamentos necessários as montagens e ampliações mencionadas no item acima.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação do imobilizado

	31.03.17	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31.03.18
Equipamentos e instalações industriais	3.584.029	28.533	(502)	27.892	(244.309)	3.395.643
Planta portadora	1.992.811	-	-	560.371	(514.178)	2.039.004
Edifícios e benfeitorias	1.768.154	2.254	(95)	311	(59.895)	1.710.729
Máquinas e equipamentos agrícolas	333.388	65.710	(3.989)	9.810	(58.919)	346.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	183.536	1.186	-	1.498	(20.985)	165.235
Planta portadora – AVM	220.045	-	-	-	(72.561)	147.484
Terras	83.662	-	-	-	-	83.662
Planta portadora em formação	77.648	539.752	-	(560.371)	-	57.029
Veículos	55.395	1.519	(168)	102	(9.606)	47.242
Móveis e utensílios	38.630	2.579	(121)	(528)	(5.369)	35.191
Construções em andamento	24.377	26.000	-	(37.095)	-	13.282
Equipamentos de informática	6.800	2.084	-	68	(2.586)	6.366
Adiantamentos a fornecedores	9.873	-	-	(2.058)	-	7.815
	<u>8.378.348</u>	<u>669.617</u>	<u>(4.875)</u>	<u>-</u>	<u>(988.408)</u>	<u>8.054.682</u>

	31.03.16	Aquisições de Controladas (i)	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31.03.17
Equipamentos e instalações industriais	2.186.425	1.542.137	6.388	(1.706)	34.941	(184.156)	3.584.029
Planta portadora	2.007.954	-	37.894	-	486.183	(539.220)	1.992.811
Edifícios e benfeitorias	1.549.746	250.012	-	(28)	20.772	(52.348)	1.768.154
Máquinas e equipamentos agrícolas	362.984	-	7.131	(7.294)	29.524	(58.957)	333.388
Benfeitorias em imóveis de terceiros	190.863	-	35	-	13.184	(20.546)	183.536
Planta portadora – AVM	306.921	-	-	-	-	(86.876)	220.045
Terras	83.662	-	-	-	-	-	83.662
Planta portadora em formação	73.256	-	490.575	-	(486.183)	-	77.648
Veículos	66.889	5	386	(1.053)	130	(10.962)	55.395
Móveis e utensílios	39.389	9.213	1.512	(27)	1.029	(12.486)	38.630
Construções em andamento	41.480	909	83.153	(2.324)	(98.841)	-	24.377
Equipamentos de informática	8.836	-	88	-	545	(2.669)	6.800
Adiantamentos a fornecedores	11.223	-	-	(66)	(1.284)	-	9.873
	<u>6.929.628</u>	<u>1.802.276</u>	<u>627.162</u>	<u>(12.498)</u>	<u>-</u>	<u>(968.220)</u>	<u>8.378.348</u>

(i) Aquisição de participação acionária conforme descrito na Nota 11 (d);

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Outras informações

Itens do ativo imobilizado estão dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

13 Ativo biológico

Em 31 de março de 2018, as controladas indiretas da Companhia possuíam aproximadamente 335.000 hectares de lavouras de cana-de-açúcar, localizadas nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, as quais foram mensuradas pelo seu valor justo em função de já estarem formadas e prontas para a colheita.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos pela planta de produção (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

(a) Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

O valor justo das lavouras formadas de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

- (i) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável ("ATR")) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e
- (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais da cana soca); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT); (iii) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado em cada ano, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida "Valor justo dos ativos biológicos" na demonstração do resultado.

A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar e proporcionalmente a produtividade esperada nas safras.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis, sendo revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição

	Consolidado			
	31.03.18		31.03.17	
	Custo	Baixa por colheita acumulada	Líquido	Líquido
Ativo biológico (cana em pé)	895.606	(391.034)	504.572	428.237
Varição no valor justo	956.579	(945.629)	10.950	50.059
	<u>1.852.185</u>	<u>(1.336.663)</u>	<u>515.522</u>	<u>478.296</u>

(c) Movimentação do ativo biológico

	31.03.17	Adições	Amortização	31.03.18
Ativo biológico (cana em pé)	428.237	467.369	(391.034)	504.572
Varição no valor justo	50.059	9.134	(48.243)	10.950
	<u>478.296</u>	<u>476.503</u>	<u>(439.277)</u>	<u>515.522</u>
	31.03.16	Adições	Amortização	31.03.17
Ativo biológico (cem pé)	373.795	427.995	(373.553)	428.237
Varição no valor justo	318.524	125.005	(393.470)	50.059
	<u>692.319</u>	<u>553.000</u>	<u>(767.023)</u>	<u>478.296</u>

14 Intangível

(a) Composição

	Controladora				%
	31.03.18		31.03.17		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas médias anuais de amortização
Ágio sobre investimentos	117.286	-	117.286	117.286	
Direito de uso:					
Software	66.204	(41.692)	24.512	37.153	55,59
	<u>183.490</u>	<u>(41.692)</u>	<u>141.798</u>	<u>154.439</u>	

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				%
			31.03.18	31.03.17	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas médias anuais de amortização
Ágio sobre investimentos	288.284	-	288.284	288.284	
Ativo fiscal	58.081	-	58.081	58.081	
Direito de uso:					
Outorga	1.595.678	(88.528)	1.507.150	1.528.465	1,55
Software	84.940	(56.950)	27.990	39.825	52,03
Licenças ambientais	4.782	(4.396)	386	612	14,07
	<u>2.031.765</u>	<u>(149.874)</u>	<u>1.881.891</u>	<u>1.915.267</u>	

(b) Movimentação do intangível - consolidado

	31.03.17	Adições	Amortização	31.03.18
Ágio sobre investimentos (i)				
Eldorado	135.698	-	-	135.698
DASA	83.452	-	-	83.452
UCP	26.084	-	-	26.084
Pontal	21.954	-	-	21.954
Rio Claro	7.749	-	-	7.749
Brenco	9.546	-	-	9.546
Santa Luzia	3.801	-	-	3.801
	<u>288.284</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>288.284</u>
Ativo fiscal (ii)				
DASA	40.651	-	-	40.651
UCP	13.437	-	-	13.437
Rio Claro	3.993	-	-	3.993
	<u>58.081</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>58.081</u>
Direito de uso:				
Outorga (iii)	1.528.465	-	(21.315)	1.507.150
Software	39.825	1.676	(13.511)	27.990
Licenças ambientais	612	-	(226)	386
	<u>1.568.902</u>	<u>1.676</u>	<u>(35.052)</u>	<u>1.535.526</u>
	<u>1.915.267</u>	<u>1.676</u>	<u>(35.052)</u>	<u>1.881.891</u>

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.03.16	Adições	Aquisições de Controladas (iv)	Amortização	31.03.17
Ágio sobre investimentos (i)					
Eldorado	135.698	-	-	-	135.698
DASA	83.452	-	-	-	83.452
UCP	26.084	-	-	-	26.084
Pontal	21.954	-	-	-	21.954
Rio Claro	7.749	-	-	-	7.749
Brenco	9.546	-	-	-	9.546
Santa Luzia	3.801	-	-	-	3.801
	<u>288.284</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>288.284</u>
Ativo fiscal (ii)					
DASA	40.651	-	-	-	40.651
UCP	13.437	-	-	-	13.437
Rio Claro	3.993	-	-	-	3.993
	<u>58.081</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>58.081</u>
Direito de uso:					
Outorga (iii)	-	-	1.534.367	(5.902)	1.528.465
Software	44.828	2.445	-	(7.448)	39.825
Licenças ambientais	884	-	-	(272)	612
	<u>45.712</u>	<u>2.445</u>	<u>1.534.367</u>	<u>(13.622)</u>	<u>1.568.902</u>
	<u>392.077</u>	<u>2.445</u>	<u>1.534.367</u>	<u>(13.622)</u>	<u>1.915.267</u>

- (i) Os ágios provenientes de investimentos consolidados apresentados no ativo intangível são fundamentados em rentabilidade futura e tem sua recuperabilidade testada anualmente, conforme mencionado na Nota 2.12 (a).
- (ii) Ativo fiscal refere-se a parcela de benefício econômico do ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura apurado quando da aquisição das Companhias por sua controladora Atvos Par. Posteriormente, as Companhias incorporaram de forma reversa parcela do acervo líquido da Atvos Par., mantendo em seus ativos apenas a parcela passível de aproveitamento fiscal.
- (iii) Refere-se à concessão dada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) às SPE's de energia, para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica. Conforme mencionado na Nota 1.2, na safra 17/18, as SPE's, exceto a OER Mineiros, foram incorporadas por suas controladoras.
- (iv) Aquisição de participação acionária conforme descrito na Nota 11 (d);

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados líquidos dos custos incorridos na transação (Nota 2.17).

Modalidade	Nota	Média dos encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado		Vencimentos
			31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17	
Moeda nacional							
Finem:							
	(a)	Linhas a TJLP e linhas a TJLP + juros de 3,70%	-	-	3.571.584	3.575.418	
		UMBNDDES + encargos da cesta de moedas + juros de 4,27%	-	-	564.130	533.924	2020 a 2029
		CDI anual à 120,00% e outras linhas de 5,03%	-	-	211.219	210.423	
			-	-	4.346.933	4.319.765	
Linhas de crédito:							
CCE - Cédulo de crédito de exportações	(b)	Juros de 115,00% do CDI	-	-	1.308.924	1.312.936	2029
NCE - Nota de crédito à exportação	(c)	Juros de 115,00% do CDI	-	-	803.110	805.124	2029
Crédito Agroindustrial	(d)	Juros de 115,00% do CDI	475.291	476.641	597.760	599.529	2029
Linha de crédito - capital de giro	(e)	Juros de 122,89% do CDI; outras linhas com juros de 12,50%	-	-	470.924	397.000	2020 a 2029
CDCA e CPR –F	(f)	Juros de 115,00% do CDI	119.074	117.792	357.301	305.221	2029
Partes relacionadas	10 (a)	Juros de 125,00% do CDI	-	-	298.702	413.643	2021
Capital de giro sindicalizado	(g)	TJLP + juros de 5,00%	-	-	232.117	230.039	2029
Finame	(h)	TJLP + 5,54%; e outras linhas com juros de 5,73%	-	-	195.490	210.142	2019 a 2024
Prore nova	(i)	Juros de 4,06% e linhas à TJLP + juros de 3,70%	-	-	82.114	79.495	2029
FCO	(j)	Juros de 8,50%	-	-	12.909	26.991	2019
Debêntures	(k)	Selic + 2,50%, IPCA + 8,39%	8.271	7.477	8.268	87.592	2019 a 2028
Arrendamento mercantil	(l)		-	-	6.244	8.683	-
(-) AVP do arrendamento mercantil			-	-	(2.082)	(1.682)	
Capital de giro		Linha com atualização pelo IGPM + 9,20%	-	-	113	131	2023
Refinanciamento PESA	(m)	TJLP + juros de 2,32%	-	-	21	939	2018
Crédito direto ao consumidor	(n)	Juros de 10,04%	-	-	-	24	
			602.636	601.910	4.371.915	4.475.807	
PESA - Saldo contratual	(o)	IGPM + juros de 5,33%	-	-	188.342	189.805	2018 a 2023
(-) Ajuste a valor presente			-	-	(33.729)	(46.088)	
(-) Aplicações em CTN		IGPM + juros de 12,00%	-	-	(150.751)	(134.323)	
			-	-	3.862	9.394	
A transportar - Total moeda nacional			602.636	601.910	8.722.710	8.804.966	

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Nota	Média dos encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado		Vencimentos
			31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17	
De transporte			602.636	601.910	8.722.710	8.804.966	
Moeda estrangeira		Variação cambial e juros:					
Debêntures	(k)	Juros de 19,00%	812.740	-	812.740	-	2020
Pré-pagamento de exportação ("PPE")	(p)	Libor + juros de 2,63%	-	-	-	35.256	
Total moeda estrangeira			812.740	-	812.740	35.256	
			<u>1.415.376</u>	<u>601.910</u>	<u>9.535.450</u>	<u>8.840.222</u>	
		Passivo circulante	<u>(13.938)</u>	<u>(1.568)</u>	<u>(219.034)</u>	<u>(326.750)</u>	
		Passivo não circulante	<u>1.401.438</u>	<u>600.342</u>	<u>9.316.416</u>	<u>8.513.472</u>	

Legenda:

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico
 CDI: Certificado de Depósito Interbancário
 CTN: Certificado do Tesouro Nacional
 IGPM: Índice Geral de Preços do Mercado
 LIBOR: London Interbank Offered Rate
 PESA: Programa Especial de Saneamento de Ativos
 TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo
 UMBNDES: Unidade Monetária do BNDES

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31.03.18	Consolidado 31.03.17
2018	-	146.610
2019	435.327	384.497
2020	1.242.854	456.002
2021	936.722	924.211
2022	973.168	950.527
2023 à 2029	5.728.345	5.651.625
	<u>9.316.416</u>	<u>8.513.472</u>

- (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola.
- (b) Captações realizadas para financiamento da produção de bens destinados à exportação.
- (c) Captações realizadas para financiamento da produção de bens destinados à exportação.
- (d) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio.
- (e) Linhas de crédito contratadas para financiamento de capital de giro.
- (f) As CPR-Fs (Cédulas de Produto Rural Financeiras) foram emitidas com a finalidade de alongamento de capital de giro e ampliação de lavoura.
- O CDCA tem como lastro uma CPR-F e foi feito via emissão privada, garantido pelo fluxo de recebíveis de contratos de fornecimento de etanol das controladas.
- (g) Linha de repasse de recursos do BNDES, contratada junto a um sindicato de bancos.
- (h) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas.
- (i) Linha de repasse de recursos do BNDES, com a finalidade de financiar a implantação e renovação de novos canais.
- (j) Linha de crédito de repasse do FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste) contratada com o objetivo de financiar a aquisição de bens e serviços para implantação da usina localizada no município de Alto Taquari.
- (k) Emissão privada de debêntures, sendo:
- (i) 686.000 debêntures, divididas em 2 séries de 343.000, com emissão ocorrida em 16 de abril de 2010.
- (ii) 829.150.000 debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única para colocação privada, emitidas em 28 de junho de 2017.
- (l) Refere-se a arrendamento mercantil conforme mencionado na Nota 2.21.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (m) Acordo de renúncia entre a controlada indireta DASA e o BNDES ao referido Programa, que continha a consolidação, confissão e reescalonamento da dívida decorrente da Nota de Crédito Rural 003/97 e Cédula Rural 005/98 emitidas em favor do extinto Banco Crefisul S/A.
- (n) Linhas de crédito para financiar a aquisição de caminhões.
- (o) Securitização de dívidas, asseguradas junto às instituições financeiras, através de aquisição no mercado secundário de Certificados do Tesouro nacional – CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Os financiamentos securitizados estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante ao resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras.
- (p) Com a finalidade de financiar exportações futuras de açúcar e/ou etanol foram contratadas operações de Pré-Pagamento de Exportação (PPE).

Capitalização de juros

Conforme descrito na Nota 2.13, as controladas diretas da Companhia adotam como prática contábil a capitalização de encargos dos empréstimos e financiamentos durante o período de construção dos ativos e realização de projetos, estabelecendo como política a aplicação da taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida aplicada ao saldo do ativo imobilizado em construção, sendo esse valor limitado ao montante dos encargos incorridos no exercício.

Valor justo dos empréstimos

Em 31 de março de 2018, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R\$ 9.742.460 e se aproxima, substancialmente, dos saldos contábeis que totalizam R\$ 9.846.342 (saldo contábil desconsiderando os custos com transação, ajustes a valor presente e aplicações com CTN).

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens.

16 Tributos a recolher e parcelados

(a) Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Instituto nacional do seguro social - ("INSS")	23	22	13.936	14.161
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	47	545	11.065	3
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	2	-	6.886	10.51
Pis/Cofins e CSLL ("PCC")	26	18	3.118	2.500
Imposto sobre serviços - ("ISS")	8	5	1.515	2.137
Contribuição para financiamento da seguridade social – ("COFINS")	1.087	299	1.108	3.414
Programa de integração social – ("PIS")	177	49	176	1.471
Imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ")	-	-	2	1.555
Demais tributos a recolher	-	-	3.645	589
	<u>1.370</u>	<u>938</u>	<u>41.451</u>	<u>51.140</u>

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Tributos parcelados

Os tributos parcelados foram classificados entre circulante e não circulante com base na exigibilidade das parcelas.

	Consolidado	
	31.03.18	31.03.17
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	30.022	30.586
Instituto nacional de seguro social - ("INSS")	-	559
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	-	538
Contribuição social retido na fonte - ("CSRF")	-	19
Programa especial de regularização tributária - ("PERT")	171	-
	<u>30.193</u>	<u>31.702</u>
Passivo circulante	<u>(12.721)</u>	<u>(9.307)</u>
Passivo não circulante	<u>17.472</u>	<u>22.395</u>

17 Adiantamentos de clientes

Em 31 de março de 2018, a Companhia possuía o montante de R\$823.192 no Consolidado (R\$1.054.925 em 31 de março de 2017) registrado no passivo circulante e não circulante, na rubrica Adiantamentos de clientes, os quais se referem, substancialmente, a recebimentos de clientes no exterior para aquisição de açúcar. Quando aplicável, os saldos de contas a receber e adiantamentos de clientes são apresentados pelo líquido.

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição

Créditos

Descrição	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Prejuízos fiscais e bases negativas (i)	5.105.785	8.169.000	5.119.473	8.182.688
Diferenças temporárias:				
Despesas diferidas - fase pré-operacional	93.321	134.965	93.321	134.965
Variação do valor justo do ativo biológico	44.634	33.124	44.634	33.124
Variação do valor justo do produto agrícola	894	894	894	894
Provisões Diversas	231.702	292.544	231.702	292.544
Outros Ajustes	9	-	9	-
	<u>5.476.345</u>	<u>8.630.527</u>	<u>5.490.033</u>	<u>8.644.215</u>
Potencial crédito tributário	1.369.086	2.157.631	494.103	777.980
Crédito tributário não registrado	<u>(1.173.614)</u>	<u>(1.906.932)</u>	<u>(423.733)</u>	<u>(687.728)</u>
	<u>195.472</u>	<u>250.699</u>	<u>70.370</u>	<u>90.252</u>

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Débitos

Descrição	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição Social	
	31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Diferenças temporárias:				
Variação do valor justo do ativo biológico	203.525	303.228	203.525	303.228
Variação do valor justo do produto agrícola	2.525	2.525	2.525	2.525
Ajuste AVP plano PESA	33.729	46.088	33.729	46.088
Depreciação acelerada incentivada (ii)	251.789	376.710	251.789	376.710
Amortização do ágio	288.160	273.802	288.160	273.802
Outros ajustes	2.160	-	2.160	-
	<u>781.888</u>	<u>1.002.353</u>	<u>781.888</u>	<u>1.002.353</u>
Débitos diferidos totais	<u>195.472</u>	<u>250.588</u>	<u>70.370</u>	<u>90.212</u>

- (i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos e comerciais aprovados pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Portanto, os créditos tributários diferidos limitam-se aos valores cuja compensação está amparada por projeções de lucros tributáveis futuros, descontados ao seu valor presente, preparadas pela Administração da Companhia, considerando-se inclusive, quando aplicável, a limitação de compensação de prejuízos fiscais em até 30% do lucro tributável, além dos benefícios fiscais de isenção e redução do imposto.

Durante o ano de 2017, a Companhia e suas controladas procederam a cessão onerosa de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R\$ 4.158.250 à empresas do Grupo Odebrecht, no âmbito das regras estabelecidas no Programa de Regularização Tributária ("PRT") e Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT") instituídos pelas Medidas Provisórias nº 766/2017 e Lei nº 13.496/2017, respectivamente.

- (ii) As controladas da Companhia utilizam o benefício da Depreciação Acelerada Incentivada Rural, prevista no art. 314 do Decreto nº. 3.000/99, que consiste no aproveitamento fiscal integral, no próprio ano, dos gastos incorridos com formação da lavoura de cana-de-açúcar e aquisição de implementos agrícolas registrados no ativo imobilizado.
- (b) Os créditos e débitos diferidos foram atribuídos da seguinte forma:

	Créditos		Débitos	
	31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Diferenças temporárias:				
Prejuízo fiscal e base negativa	218.630	283.497	-	-
Ajustes 11.638/2007:				
Despesas diferidas - fase pré-operacional	31.729	45.888	-	-
Ajuste AVP plano PESA	-	-	11.469	15.670
Variação do valor justo do ativo biológico	15.176	11.262	69.198	103.097
Variação do valor justo do produto agrícola	304	304	859	859
Depreciação acelerada incentivada	-	-	85.608	128.082
Amortização do ágio	-	-	97.974	93.092
Outros ajustes	3	-	734	-
	<u>265.842</u>	<u>340.951</u>	<u>265.842</u>	<u>340.800</u>

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Por entidade jurídica, líquida – consolidado

Entidade	Créditos		Débitos		Saldo
	31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17	31.03.17
Atvos Par	-	151	-	-	151
Eldorado	87.067	96.221	(87.067)	(96.221)	-
Santa Luzia	56.349	87.528	(56.349)	(87.528)	-
Rio Claro	30.216	50.965	(30.216)	(50.965)	-
Brenco	39.998	47.583	(39.998)	(47.583)	-
DASA	39.761	43.067	(39.761)	(43.067)	-
UCP	10.095	12.225	(10.095)	(12.225)	-
Pontal	2.356	3.211	(2.356)	(3.211)	-
	<u>265.842</u>	<u>340.951</u>	<u>(265.842)</u>	<u>(340.800)</u>	<u>151</u>

(d) Movimentação dos tributos diferidos durante o ano (consolidado):

	31.03.17	Compensação	Reconhecida	31.03.18
		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		
Diferenças temporárias:				
Ajustes 11.638/2007:				
Despesas diferidas - fase pré-operacional	45.888	-	(14.160)	31.728
Variação do valor justo do ativo biológico	(91.835)	-	37.813	(54.022)
Variação do valor justo do produto agrícola	(555)	-	-	(555)
Ajuste AVP plano PESA	(15.670)	-	4.202	(11.468)
Depreciação acelerada incentivada	(128.082)	-	42.474	(85.608)
Prejuízo fiscal	283.497	(1.431.026)	1.366.159	218.630
Amortização de ágio	(93.092)	-	(4.882)	(97.974)
Outros ajustes	-	-	(731)	(731)
	<u>151</u>	<u>(1.431.026)</u>	<u>1.430.875</u>	<u>-</u>
Diferenças temporárias:				
Ajustes 11.638/2007:				
Despesas diferidas - fase pré-operacional	60.524	-	(14.636)	45.888
Variação do valor justo do ativo biológico	(160.233)	-	68.398	(91.835)
Venda dos ativos de cogeração de energia	(212.347)	-	212.347	-
Variação do valor justo do produto agrícola	(821)	-	266	(555)
Ajuste AVP plano PESA	(18.331)	-	2.661	(15.670)
Depreciação acelerada incentivada	-	-	(128.082)	(128.082)
Prejuízo fiscal	416.806	-	(133.309)	283.497
Amortização de ágio	(85.819)	-	(7.273)	(93.092)
Outros ajustes	(992)	557	435	-
	<u>(1.213)</u>	<u>557</u>	<u>807</u>	<u>151</u>

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Planos de previdência privada

As controladas da Companhia mantêm convênio de adesão com a ODEPREV – Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora da Companhia Odebrecht S.A., constituindo-se suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes, um plano de contribuição definida, pelo qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes, que somam 712, integrantes em 31 de março de 2018 (476 integrantes – 2017). Em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições das controladas no exercício findo em 31 de março de 2018 somaram R\$ 1.490 (R\$ 825 - 2017) e dos participantes R\$ 3.547 (R\$ 2.694 - 2017).

Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração da Companhia avaliou como não aplicável a adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

20 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

Em 28 de julho de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social, no montante de R\$ 2.624.047 por meio de aporte financeiro realizado pela sua controladora Atvos, com a consequente emissão de 262.404.727.139.000 ações.

Em 1º de setembro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social, no montante de R\$ 1.142.551 por meio de capitalização de créditos detidos pela controladora Atvos contra controladas diretas da Companhia, com a consequente emissão de 114.255.064.407.000 ações.

Em 22 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social, no montante de R\$ 2.560.043 por meio de capitalização de créditos detidos pela controladora Atvos contra controladas diretas da Companhia, com a consequente emissão de 256.004.325.644.000 ações.

Em 27 de fevereiro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária aumento de capital social no montante de R\$ 823.902 por meio de capitalização de créditos detidos pela controladora Atvos contra a Companhia, com a consequente emissão de 82.390.226.183.000 ações.

O capital social subscrito da Companhia em 31 de março de 2018 é de R\$ 11.124.462 (R\$ 11.124.462 – 2017), dividido em 791.967.435.423.996 (791.967.435.423.996 – 2017) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto destes valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. Em 31 de março de 2018 e 2017, correspondem, basicamente, a resultado de valorização do hedge accounting de passivos financeiros não derivativos (Nota 4.1(a)).

(c) Reserva de lucros

Legal - calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurado o pagamento dos dividendos mínimos, não inferiores a 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal.

(e) Resultado por ação

De acordo com o CPC 41 – “Resultado por ação”, a tabela abaixo reconcilia o Lucro (prejuízo) do exercício com os valores usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	31.03.18	31.03.17
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	479.393	(1.388.508)
Média ponderada de ações em circulação (milhares)	791.967.435.424	396.475.549.428
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – em Reais	<u>0,000001</u>	<u>(0,000004)</u>

21 Receita bruta e líquida

	31.03.18	Consolidado 31.03.17
Receita bruta		
Mercado interno	4.145.364	3.805.046
Mercado externo	675.653	955.024
Ganho nas operações de hedge pelo embarque	72.365	7.735
Outras receitas	30.172	50.619
	<u>4.923.554</u>	<u>4.818.424</u>
Fretes sobre vendas	(162.805)	(145.599)
Tributos sobre vendas	(485.282)	(204.030)
Armazenagem	(18.901)	(19.684)
Devoluções	(13.847)	(21.947)
Receita líquida	<u>4.242.719</u>	<u>4.427.164</u>

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Despesas e custos dos produtos vendidos por natureza

	Consolidado	
	31.03.18	31.03.17
Custo industrial (i)	(2.304.556)	(2.581.154)
Despesas com pessoal	(179.187)	(156.163)
Despesas gerais e administrativas	(77.955)	(57.062)
Serviços de terceiros	(86.615)	(89.738)
	(343.757)	(302.963)
Depreciação e amortização:		
Amortização do valor justo do ativo biológico	(70.196)	(295.449)
Amortização de lavoura	(436.813)	(459.742)
Amortização de entressafra agrícola	(16.023)	(10.201)
Amortização de entressafra industrial	(76.527)	(47.671)
Amortização trato cana soca	(381.403)	(353.266)
Amortização do valor justo da planta portadora	(65.796)	(104.607)
Outras amortizações	(11.477)	-
Depreciação de ativos e outros (ii)	(358.207)	(332.777)
	(1.416.442)	(1.603.713)
	(4.064.755)	(4.487.830)

- (i) Incluem gastos com mão de obra, serviços, materiais, insumos, CCT (“Corte, carregamento e transporte”), parcerias agrícolas e outros custos industriais.
- (ii) Na depreciação de ativos e outros está incluído o montante de R\$ 31.096 (R\$ 30.040 – 2017) que corresponde a depreciação de móveis e equipamentos dos setores administrativos da Companhia e de suas controladas diretas, que compõem a rubrica de “Despesas administrativas e gerais” na Demonstração do Resultado do Exercício.

23 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.03.18	31.03.17	31.03.18	31.03.17
Receitas financeiras:				
Variação cambial ativa	21.283	274.568	41.410	412.094
Juros ativos	302	208.171	35.425	36.377
Rendimento com aplicações financeiras	8.970	-	21.315	34.372
Variação monetária ativa	-	-	1.539	72.046
Ajuste a valor de mercado	-	111	-	154
Outras receitas financeiras	12	3	685	1.860
	30.567	482.853	100.374	556.903
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(45.589)	(273.621)	(997.291)	(1.346.928)
Variação cambial passiva	(18.762)	(268.056)	(51.068)	(341.023)
Variação monetária passiva	-	-	(46.610)	(158.022)
Ajuste a valor presente	(39)	-	(35.802)	(1.702)
Amortização de custos da transação	(11.848)	(3.035)	(23.527)	(27.418)
Tributos e encargos sobre operações financeiras	(9.231)	(20.440)	(15.304)	(56.476)
Despesas e comissões bancárias	(11)	(35)	(3.233)	(5.669)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(678)	-
Liquidação de hedge de taxa de juros, substancialmente SWAP	-	-	-	(1.378)
Perdas nos derivativos não designados para hedge, líquidas	-	(1.083)	-	(1.083)
Outras despesas financeiras	(3)	-	(10.530)	(915)
	(85.483)	(566.270)	(1.184.043)	(1.940.614)

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Cobertura de seguros

Os seguros da Companhia e de suas controladas são contratados conforme política estabelecida pela Administração e garantias vigentes.

Em 31 de Março de 2018, a Companhia e suas controladas integram o programa de seguro operacional com as seguintes coberturas/ apólices: (i) Riscos Operacionais - "All Risks" (cobertura contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza, todo o estoque de açúcar e etanol, edificações, equipamentos e instalações), bem como, Lucros Cessantes (cobertura contra a interrupção do negócio, decorrente de Dano Material coberto pela apólice) com cobertura para o Grupo Atvos de R\$ 1.250.000, sendo o valor em risco de R\$ 10.223.783; (ii) Responsabilidade Civil Geral, com limite máximo de indenização de R\$ 80.000; (iii) Riscos diversos de máquinas e equipamentos agrícolas, com o valor em risco de R\$ 626.591; (iv) Danos materiais da frota veicular, ao valor de mercado.

A Administração considera os seguros contratados suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

25 Provisões para contingências

(a) Provisionadas

Refere-se a provisão para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais, conforme sumariados abaixo:

	Consolidado	
	31.03.18	31.03.17
Processos trabalhistas	68.270	65.225
Processos cíveis	12.062	6.950
Processos tributários	1.431	43
	81.763	72.218
Depósitos judiciais	(70.302)	(58.873)
Passivo não circulante	11.461	13.345

(b) Não provisionadas

Algumas controladas são parte passiva em determinadas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, que por terem sido consideradas de probabilidade remota ou possível de perda, pela administração e seus consultores jurídicos, não foram provisionadas contabilmente. As contingências possíveis não provisionadas são:

	Consolidado	
	31.03.18	31.03.17
Processos tributários (i)	349.259	376.189
Processos cíveis (ii)	98.603	71.275
Processos trabalhistas	66.833	80.524
	514.695	527.988

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) A variação observada nos processos tributários decorre basicamente de Termos de Apreensão e Depósito – TADs – da controlada Brenco, em aproximadamente R\$ 74 milhões, referente a cobrança de ICMS e respectivos encargos legais, em operações de venda de Álcool Etílico Anidro Combustível (AEAC), no período de outubro de 2012 a fevereiro de 2017, a qual consideramos as chances de êxito como possível.
- (ii) Dentre as ações cíveis, destacam-se:
 - (a) A controlada Brenco, em 21 de maio de 2009, foi judicialmente citada para responder à Ação Ordinária de Rescisão do Contrato de Prestação de Serviços Agrícolas, celebrado em 8 de maio de 2007, com a Andrella União Agrícola Ltda., cumulada com indenização por danos materiais e morais. A controlada registrou, à época, provisão no montante de R\$ 10 milhões. Em 31 de março de 2013 a provisão foi revertida conforme laudo pericial contábil favorável à Brenco e conforme opinião dos consultores jurídicos. Atualmente, está sendo realizada a perícia de engenharia agrônoma. A Administração manteve a ação como probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 10 milhões.
 - (b) Em 3 de fevereiro de 1958, a Fazenda do Estado de São Paulo ajuizou ação discriminatória contra os proprietários de imóveis situados no 15º Perímetro do Pontal do Paranapanema onde está situado o parque industrial da controlada indireta DASA.

O objetivo da ação é a declaração de que tais terras seriam devolutas por conta de suposta falsificação de assinatura no registro de origem da posse da fazenda da qual todos os imóveis do referido perímetro foram desmembrados, o que teria ocorrido em 1856. A DASA e os demais réus defendem a impossibilidade de se comprovar a referida falsificação com base em uma prova emprestada produzida em uma ação da qual não foram partes, a usucapião do imóvel e o ônus probatório da Fazenda do Estado para demonstrar que as terras são devolutas, fato não comprovado na ação discriminatória.

Em 2013 foi promulgada Lei que permite a celebração de acordo visando ao encerramento de ações discriminatórias no Estado de São Paulo mediante o pagamento de 10% do valor da terra nua. A DASA obteve decisão favorável no âmbito administrativo e já realizou o pagamento para a regularização da área. Assim, as áreas da DASA serão regularizadas e não estarão sujeitas ao efeito da ação discriminatória. A ação foi julgada procedente no Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2016.

26 Compromissos (consolidado)

Determinadas controladas possuem contratos futuros firmados. Os contratos discriminados são aqueles com condições específicas que, por conseguinte, geraram provisões nas presentes demonstrações contábeis consolidadas:

- (i) Contrato de serviço de transporte de etanol

Durante a safra 17/18, a Companhia e suas controladas indiretas, firmaram contratos de prestação de serviços de transporte de etanol de 1.072 mil m³, com vigência até 2019.

Atvos Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Contratos de serviços de transbordo e transporte de cana-de-açúcar

A posição dos contratos vigentes em 31 de março de 2018 está assim demonstrada:

Empresa	Volume mínimo por safra Ton. Mil	Vigência dos contratos Anos
UCP	5.195	5
Eldorado	2.433	1
Sta. Luzia	4.900	1
Rio Claro	3.710	2
Brenco	8.832	2 a 5

- (iii) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

As controladas da Companhia arrendam diversos equipamentos agrícolas e caminhões de apoio à operação, com características de arrendamento operacional. Os contratos possuem cláusulas de cancelamento que obrigam as partes a fornecerem notificação com antecedência mínima de seis meses e cláusulas imputáveis de multas rescisórias.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamentos, segundo os contratos firmados são:

	31.03.18	Consolidado 31.03.17
Em um ano	61.337	68.599
Mais de um ano até cinco anos (*)	102.379	164.690
	163.716	233.289

- 27 Eventos subsequentes

Como é de conhecimento público, durante o fim do mês de maio de 2018 houve uma paralisação dos caminhoneiros em todo o Brasil. Essa situação acarretou na interrupção das atividades de diversas unidades operacionais do Grupo Atvos. Em virtude disso, a Companhia e suas controladas comunicaram formalmente seus credores para renegociação dos prazos de pagamentos de seus débitos que venceriam proximamente, haja vista tratar-se de fato isolado, independente dos esforços das empresas do Grupo Atvos. A Companhia e suas controladas não esperam efeitos significativos originários dessas renegociações.

* * *